

INTERNATIONAL

FÁTIMA-50

Ano III - Nº 29 13/Setembro/1969





DEPÓSITO LEGAL
- 0. SET. 1969

**A
C
T
U
A
L
I
D
A
D
E
S

D
E

F
Á
T
I
M
A**

**PEREGRINAÇÃO
DE 13 DE AGOSTO**

Desde há muitos anos que a diocese de Leiria vem, nos dias 12 e 13 do mês de Agosto, em peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora. D. João Pereira Venâncio, bispo da diocese, convidou os seus diocesanos a virem rezar pela paz entre os homens e na Igreja e pelo bom êxito da peregrinação que o Santo Padre acaba de realizar ao continente africano.

Na tarde do dia 12 muitos milhares de fiéis representantes das 67 freguesias da diocese concentraram-se no recinto, tendo feito a entrada solene sob a presidência de D. João Pereira Venâncio, acompanhado do seu bispo auxiliar, D. Domingos de Pinho Brandão, cónegos da Sé, numerosos párocos, seminaristas, religiosos e religiosas, etc.

Junto da Capela das Aparições o bispo de Leiria deu as boas-vindas aos seus diocesanos.

Pelas 5 horas da tarde houve missa vespertina, celebrada por mons. Manuel Guerreiro, capelão da Basílica.

As cerimónias da noite principiaram às 10 horas, com a recitação do terço intercalado com cânticos pelos seminaristas de Leiria sob a direcção do rev. dr. Carlos Silva.

O Padre Francisco Vieira Jordão, do Seminário de Leiria, pregou aos peregrinos e como preparação para a procissão eucarística, foram feitas leituras bíblicas e advertências pastorais. O Santíssimo Sacramento foi conduzido em procissão pelo recinto, conduzido debaixo do pálio por Dom Domingos de Pinho Brandão. Milhares de peregrinos seguiram o Santíssimo com velas acesas. Muitos estandartes paroquiais e de diversos organismos de apostolado foram conduzidos na procissão.

A velada nocturna ao Santíssimo Sacramento esteve a cargo das vigararias de Leiria e foi aplicada por intenção dos cristãos em dificuldades em todo o Mundo.



Desfile de estandartes religiosos na peregrinação da diocese de Leiria.

Aspecto da multidão que veio à Cova da Iria no dia 13 de Agosto de 1969.

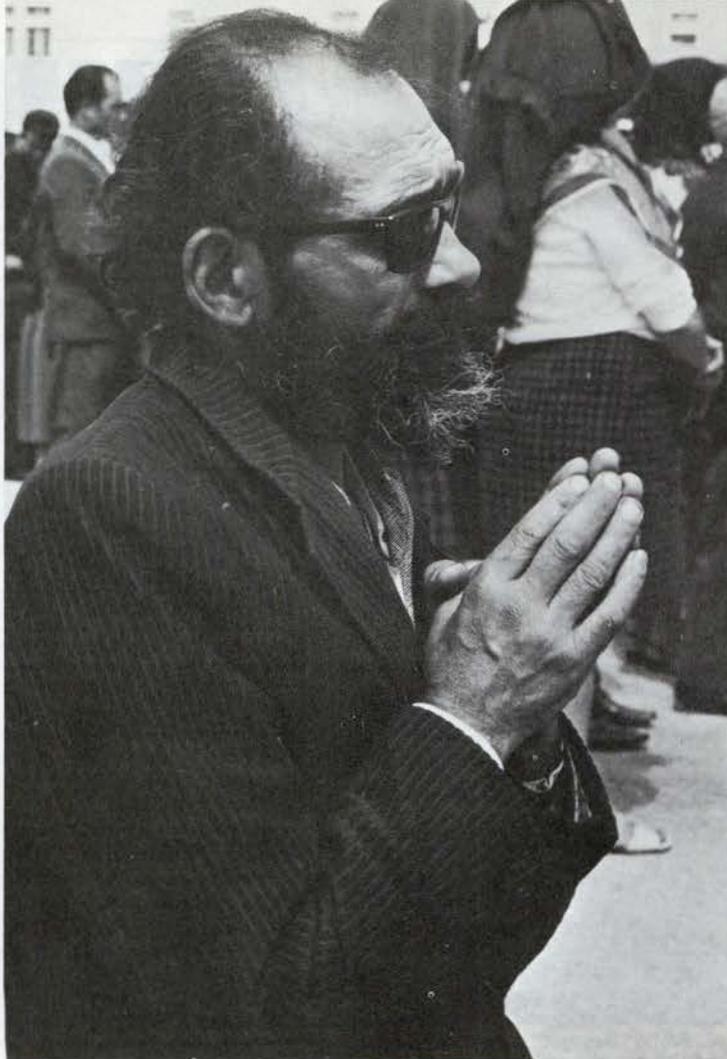
FÁTIMA-50

INTERNATIONAL

Ano III - N.º 29 - 13 Setembro 1969

REVISTA MENSAL DE ACTUALIDADES,
DOCUMENTAL E ILUSTRADA
(ESPAÑOL, FRANÇAIS, ENGLISH)

Editor e Director: Cón. Dr. JOSÉ GALAMBA DE OLIVEIRA	
Chefe de Redacção: Dr. MÁRIO MANUEL D'OLIVEIRA FIGUEIREDO	
Propriedade do SANTUÁRIO DE FÁTIMA	
Direc. Literária e Artística: MÁRIO DE FIGUEIREDO	
Redacção, Administração e Publicidade: SANTUÁRIO DE FÁTIMA . Telef. 97468	
PREÇÁRIO (pagamento adiantado): Assinatura anual (12 números) — 100\$00 — Exemplar avulso: 10\$00 Ultramar, Espanha e Brasil — Assinatura anual: 120\$00 Outros países — Assinatura anual: 130\$00 PRIX D'ABONNEMENT - 12 numeros (un an): 130\$00 Les paiements peuvent être effectués en divises étrangères au taux du jour. SUBSCRIPTION RATES - Series of 12 copies (1 year): 130\$00 — Payment may be made in any currency at rate of exchange of the day. SUSCRIPCIÓN ANUAL: 120\$00. El pago puede hacerse efectivo mediante giro postal o cheque bancario.	
NESTE NÚMERO :	
ACTUALIDADES	
Peregrinação de 13 de Agosto	3
Notícias de Fátima	10
TESTEMUNHOS	
O apelo de Nossa Senhora	25
COLABORAÇÕES	
Ressonâncias de Fátima	6
O Processo canónico de Fátima	17
Fátima é a resposta ao fervor dos portugueses	22
ILUSTRAÇÕES	
Fotos a cores (aspectos da peregrinação de 13 de Agosto) de MÁRIO DE FIGUEIREDO; fotos a preto e branco de *M A R I N H O *	
Aceita-se publicidade, seleccionada. Preços a combinar.	
«FÁTIMA-50» declina toda a responsabilidade sobre os originais que não forem solicitados directamente. Não obstante agradece toda a colaboração espontânea que, se for conveniente, será devidamente retribuída.	
Composto e impresso por GRIS, IMPRESSORES, S. A. R. L., Cacém / Portugal.	



O bispo de Leiria e seu auxiliar presidem à procissão de Nossa Senhora.

São muitas as expressões de piedade; a fé é só uma.

AS CERIMÓNIAS DO DIA 13

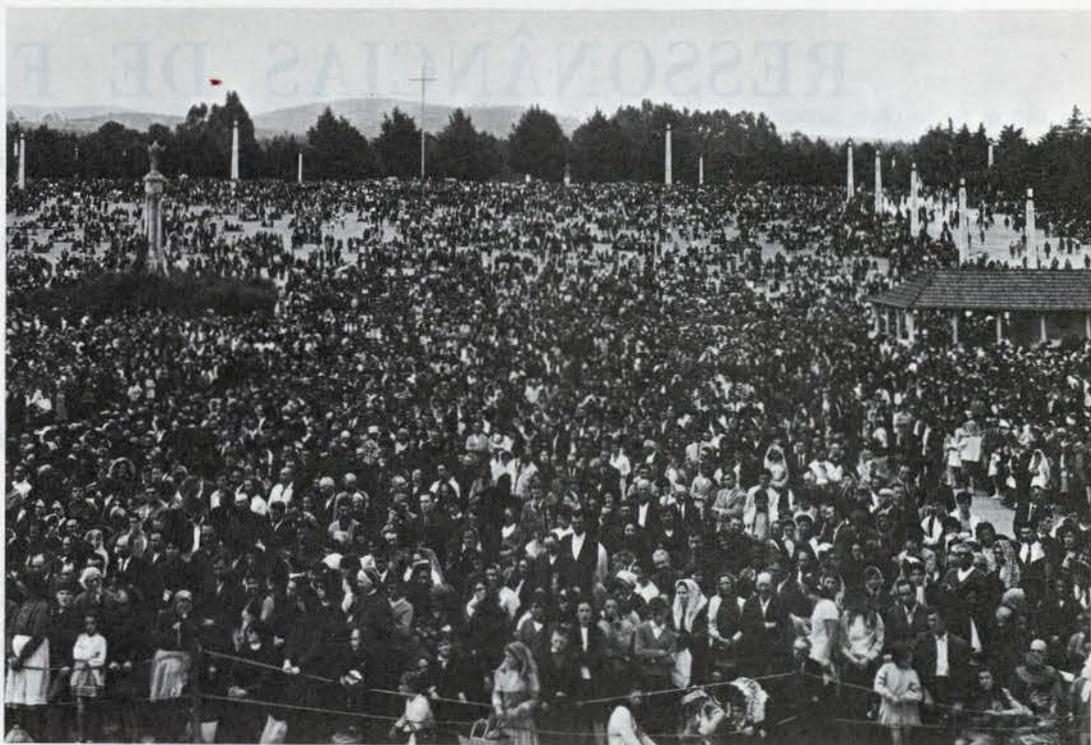
Pelas seis horas e meia o senhor bispo auxiliar de Génova, mons. Secondo Chioca, presidiu a uma concelebração em que tomaram parte 8 sacerdotes. Foram distribuídas para cima de 25 mil comunhões.

Na Basílica e na Capela das Aparições mais de 100 sacerdotes celebraram a santa missa e distribuíram a sagrada comunhão.

Pelas 10 horas toda a multidão se congregou em redor da Capela das Aparições para tomar parte na procissão com a imagem de Nossa Senhora para o altar exterior da Basílica. Na procissão tomaram parte os prelados, sacerdotes, e leigos participantes no Seminário Internacional sobre a Mensagem de Fátima. Estandartes abriram a procissão e foram colocados junto do altar onde ficou também o estandarte do município de Vila Nova de Ourém, cujo presidente assistiu às cerimónias em lugar próprio.

A missa oficial foi concelebrada sob a presidência do sr. D. João





Outro aspecto da multidão de peregrinos em Agosto de 1969.

Pereira Venâncio, bispo de Leiria, com 17 sacerdotes.

Ao Evangelho pregou o sr. D. Domingos de Pinho Brandão que falou aos peregrinos sobre a Mensagem de Nossa Senhora — fazer a vontade de Deus. Dirigiu um apelo às famílias da diocese

no sentido de todos os seus membros cumprirem a vontade de Deus, único caminho para a salvação.

Finda a missa o sr. bispo de Leiria recitou a consagração ao Imaculado Coração de Maria e deu a bênção a mais de uma centena de doentes. Entre estes

contava-se a madre Maria do Carmo Lopes da Fonseca, religiosa das Reparadoras de Nossa Senhora das Dores, que durante muitos anos dirigiu a revista «Stella» e colaborou na Voz de Fátima. Pegou na umbela o presidente da Câmara de Vila Nova de Ourém.

(Continua na página 27)

A bênção com o Santíssimo é sempre um bálsamo para os doentes,



RESSONÂNCIAS DE FÁTIMA

RESPOSTA AO ARTIGO

“AS REVELAÇÕES DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA E A PRÁTICA DOS PRIMEIROS SÁBADOS”

S. I. C.

As coisas e os acontecimentos produzem ressonâncias nas almas: reacções positivas ou negativas, fortes ou fracas. A intensidade e o sentido da ressonância são proporcionais ao interesse espontâneo ou reflectido que liga a pessoa à fonte produtora.

Li em FÁTIMA-50 n.º 27 (de 13 de Julho de 1969) o extenso artigo *As Revelações do Imaculado Coração de Maria e a Prática dos Primeiros Sábados*, assinado por Antunes Borges, que suponho ser o próprio mons. reitor do Santuário.

Tudo o que se liga a Fátima está a ter grandes ressonâncias em todo o mundo. Sente-se que há ali um coração propulsor. E é bem tempo que estas ressonâncias se afirmem e exprimam adequadamente, formando um concerto cada vez mais amplo e mais pleno, orquestrado no seio da Igreja, em louvor do Coração Imaculado de Maria, para bem e paz do mundo. Tal é a vontade formal de Cristo e do Pai do Céu: «Jesus quer estabelecer no mundo a devoção ao Meu Imaculado Coração» (13 de Junho); «Deus quer estabelecer no mundo a devoção ao Meu Imaculado Coração» (13 de Julho).

A minha ressonância neste caso tomará a forma de uns comentários que me sugeriu o dito artigo. A verdade, dialogada e comentada, fica mais depurada e convincente.

Começa o ilustre autor por lamentar que a anunciada publicação crítica dos documentos de Fátima, trabalho do rev. padre Joaquim Maria Alonso, prometida para o ano cinquentenário, não se tenha ainda iniciado sequer, nestes meados de 1969. Muita gente se queixa do mesmo. Em todo o caso, essa obra, segundo revela o artigo, consta de 4 volumes, o segundo dos quais consagrado à biografia dos videntes. Ora, diz bem o monsenhor mais adiante que «é cedo demais e até inoportuno falar da Lúcia, pois ainda faz parte dos vivos». Por esta razão eu peço que a obra do rev. padre Alonso continuará discretamente à espera. O que ele podia era ter dado outra disposição ao seu trabalho, deixando a biografia da vidente Lúcia para o final da obra, a editar em altura oportuna.

Pena foi, talvez, que um trabalho crítico de tanto alcance não fosse confiado antes a uma equipa. Os critérios de uma só pessoa podem apresentar falhas notáveis. Por exemplo, já se poderá estranhar que o rev. padre Alonso separe dos «textos críticos» (tema do seu 1.º volume), o que ele chama «temas novos» (o Coração Imaculado de Maria, o inferno, etc.), que estuda à parte no 3.º volume.

Já outros distinguem parecidamente entre «Fátima A» e «Fátima B». Não acho razoável tais distinções, sobretudo se inspiradas por uma dialéctica subversiva que visa eliminar a Fátima B, em nome da Fátima A. Estão a cortar no vivo, sem saber. Será que não lhes dói, porque a Fátima A também lhes importa pouco? Fátima é indivisível, é um plano único cujas partes se compenetraram: o que vem no fim já se adivinhava no princípio.

A unidade da Mensagem de Fátima, foi bem vinculada pelo bispo D. João, na sua notável pastoral de inauguração do Ano Cinquentenário. Deus nos livre dos falsos «críticos» para quem criticar é deitar abaixo, por mais boas intenções que eles ostentem. Tudo acabam por contestar irreverentemente. Um «abbé» Cardonnel não invoca o Novo Testamento para demolir o Antigo? Mas logo se mostra disposto a excluir também o mistério de Cristo, em nome do Seu conceito de amizade! Por essa mesma via, um tal Cauchoud terminou por dizer que acerca de Jesus a história nada nos pode informar, porque Ele certamente nunca existiu! Ao mesmo resultado chegou, com a sua crítica, Albert Schweitzer, outro protestante liberal, que também profetizou neste século. Esses críticos dos textos sagrados eram autênticos profanos que não sabiam com que lidavam. A eles se podia aplicar a dura frase de S. Paulo: «O homem animal não percebe as coisas do Espírito de Deus» (1 Cor. 2,14).

Fátima interessa a todo o mundo. Não seria bom que um trabalho crítico de conjunto, como é o do rev. padre Alonso, fosse revisto e discutido por várias pessoas, antes de ir para a imprensa?

Trabalhos parciais não faltam, alguns de toda a confiança. Na biblioteca do Santuário supomos que se encontra para consulta quanto se tem publicado, que já não é pouco. Nem é preciso esperar que se conheça tudo, inclusivamente o «segredo», como teimam alguns, para nos pormos a cumprir tantas recomendações, já bem claras, que desde há muito foram publicadas. Os homens não precisaram de esperar pelo Apocalipse, ou pela morte do último apóstolo, para aceitarem a revelação divina contida

nos mais livros da Bíblia. Insistir no contrário, como se tem feito a propósito de Fátima, parece subterfúgio de quem nada quer cumprir.

O artigo do mons. reitor tem três partes: Lúcia através dos seus escritos; as revelações do Coração de Maria, e a revelação dos primeiros sábados.

Apesar de reconhecer inoportuno falar da Lúcia em vida, e que «nem tudo se poderá publicar, principalmente o que se relaciona directamente com a a vidente viva», o autor refere-se a umas coisas muito íntimas da vida da Lúcia, que ela narra em escritos confidenciais. Creio serem precisamente esses dados pessoais e íntimos da vidente que não convinha publicar em vida dela.

Mas o que nos deixa mais estupefactos é que o autor, para mais contrariando expressamente a interpretação do rev. padre Alonso, contesta, nega mesmo, a veracidade da Lúcia! «Ela (a Lúcia) vê agora (a sua 1.^a comunhão) num ambiente de graças extraordinárias que Deus lhe concedeu através da sua vida religiosa, revestindo todos os acontecimentos com uma luz muito além de quanto tinha experimentado, vinte anos antes». E mais adiante: «Não se vê razão por que se deva colocar a figura dos videntes num ambiente que não corresponde à sua perfeita realidade, a começar pelo desabrochar da sua inteligência em circunstâncias fora do normal, como Lúcia afirma de si mesma.»

Na opinião do articulista, a Lúcia enfeita-se indevidamente, projectando nos anos da sua infância a sua espiritualidade actual, atingida após longos anos de vida religiosa. Mas se o monsenhor admite graças extraordinárias na vida religiosa da Lúcia, com que lógica nega as da sua infância? Ou Deus não é livre de dar as Suas graças a quem quer e quando quer? E porque se lide incomodar com a precocidade reconhecida da Lúcia, quando ela se verifica por aí em tantas crianças?

Mas vejamos que razões aduz o articulista para as suas ousadas afirmações, que põem em causa o crédito da vidente e a veracidade da sua mensagem. Conta a Lúcia (II Escrito) que fez a primeira comunhão aos 6 anos, por iniciativa e responsabilidade do santo padre Cruz, pois o pároco costumava deferi-la para os dez anos. Já nisso se engana!, acode o autor. Foi aos 8 anos, porque assim o declarou a mãe ao visconde de Montelo, no interrogatório de 27 de Setembro de 1917. Mas porquê tem que se enganar a Lúcia e não a mãe?! Ora a razão parece pender para o lado da Lúcia, que está a fazer história conscienciosa desses anos, para o senhor bispo de Leiria, e não a responder de passagem a uma pergunta fortuita num interrogatório imprevisto. A resposta da mãe quis dizer substancialmente que a filha comungou bastante antes da idade costumada. Que aliás, a Lúcia, como ela diz, também tomou parte com as outras crianças nas comunhões solenes dos anos seguintes. E a festa era a mesma. A pequena comungou de facto aos 6 anos, em 1913. Em 1914, começou a pastorear, o que já a impediria de frequentar a catequese preparatória, se não tivesse feito antes a sua 1.^a comunhão. Conta ainda a Lúcia que no 4.^o ou 5.^o ano (1917 ou 1918), por motivo de ausência prevista, decidira a mãe que ela não tomasse parte na «1.^a comunhão», o que originou uma atitude estranha da parte do pároco. Sempre teve que lá ir, sendo mais uma vez o santo padre Cruz que a livrou da dificuldade. Um escritor menos avisado, poderia concluir deste facto que a Lúcia só fez a 1.^a comunhão aos 10 ou 11 anos, o que era falso.

Diz então o articulista: «Não se vê motivo para se considerar «graça extraordinária da sua primeira comunhão», como a classifica o padre Joaquim M. Alonso, quando afinal nada parece ter havido de especial.» «Nem creio, continua, que beneficie o conhecimento da verdadeira mensagem de Nossa Senhora a colocação dos videntes em tais circunstâncias de vida mística que os separe da vida normal de qualquer outra criança da sua idade.» Mas se a Lúcia conta essa graça! E estando ela, providencialmente, destinada a ser a mensageira de Nossa Senhora, é até bastante plausível. Quanto a exigir que os videntes não se separassem da vida normal de qualquer criança, é bem estranho. Mas eles viram o anjo e Nossa Senhora, ou não viram?

O articulista tomou a sua atitude fundamentado nesta simples declaração da mãe de Lúcia, feita ao dr. Formigão: «Não acho nela nada de extraordinário neste particular, vendo-a rezar da mesma forma e com o mesmo fervor que antes das aparições, exactamente como fazem as suas irmãs.» Ora, se a mãe tivesse dito que a filha continuava a rezar sem fervor, como antes, o argumento provaria alguma coisa. Assim não prova nada. Exteriormente a Lúcia, ao rezar, não se distinguia das irmãs, porque naquela família todos rezavam com fervor. Que esperava então o autor de uma Lúcia realmente favorecida com uma graça extraordinária na sua 1.^a comunhão? Que andasse com a cara à banda?! Ou será que a mística faz aparecer forçosamente algum resplendor na testa das pessoas, ou implica atitudes estranhas e chamativas? Os verdadeiros dons de Deus costumam fazer as almas discretas. Quem diria em Nazaré que a Mãe de Jesus era a rainha dos santos e a Mãe de Deus?

Mas a Lúcia também não diz que ela e os primos, após as aparições do anjo, viviam num ambiente místico tão elevado que lhes transformasse notavelmente a maneira de ser exterior (salvo certas atitudes da Lúcia, que chamavam a atenção das suas irmãs, e que o articulista, estranhamente, diz não perceber). Verdadeiras eram as visões de Santa Teresa de Ávila, e não obstante ela tinha ainda defeitos consideráveis, tanto que vários confessores, menos avisados, a quiseram persuadir de que andava iludida, que não era Cristo que lhe aparecia. As graças de Deus costumam ser auxílios de santificação própria e de apostolado eclesial, mais do que recompensas da virtude já adquirida. A urgir o argumento do autor, teríamos de duvidar das aparições do anjo e de Nossa Senhora. Suponho que não é isso que ele tem em vista. No mais, é um facto que a graça trabalhava discreta mas eficazmente nos videntes, como sabemos agora pelas vidas da Jacinta e do Francisco, a não ser que o autor quisesse atribuir grande parte de tudo isso a fantasias e embelezamentos da Lúcia. De qualquer maneira eles deram já em Agosto uma prova heroica e insofismável de virtude, que mal se explica sem aqueles precedentes. E o bispo de Leiria e de Fátima, na pastoral em que aprovou oficialmente as aparições e o culto, também focou os efeitos sobrenaturais que se tornavam palpáveis.

Diz o autor que «o sobrenatural na transmissão da mensagem de Nossa Senhora será tanto mais aceitável quanto mais equilíbrio natural e espiritual se manifestar nos instrumentos de que Deus se serve». Tem razão, e é exactamente este equilíbrio que se nota nos videntes de Fátima. Confirma-o, por exemplo, a citada resposta que a Lúcia deu ao malfadado administrador. Ele é que se evadiu com aquela saída irresponsável de um profano.

Fátima não se inventou; foi ela que se impôs ao mundo. Nada contra a verdade; mas devemos também ser justos e honestos em aceitar a verdade quando ela se nos apresenta. Claro está que neste mundo de subversão, a verdade tem que apresentar as suas credenciais; mas também é certo que os filhos da verdade reconhecem a mãe com facilidade.

Ou tomamos Fátima a sério, e o anjo e Nossa Senhora ali apareceram, ou não! Como havia Nossa Senhora de escolher para sua mensageira uma Lúcia incapaz de discernir os factos a 20 anos de distância, no momento preciso de ter que falar deles, sujeita a fantasiar o que se passou, vestindo-se inconscientemente da sua própria espiritualidade actual e modificando-o substancialmente? Parece-me que o articulista racionaliza muito, com risco da honestidade histórica. A sua atitude parece tender — peço desculpa de o dizer —, para a crítica liberal que tentou explicar a origem do «Cristo da Fé» por uma projecção retroactiva da consciência cristã posterior, pois um Cristo histórico, verdadeira pessoa divina encarnada, segundo eles, nunca existiu.

Observa a Lúcia incidentalmente que «ordinariamente Deus acompanha as Suas revelações de um conhecimento íntimo e minucioso do que elas significam» (III Escr. fl. 7). Tinha que ser mesmo assim. E esse conhecimento precisa de se manter objectivo e eficiente até ao momento exacto em que o mensageiro transmita a divina mensagem seja a que distância for. Ora, em Fátima houve coisas para transmitir logo e outras para manter em segredo até mais tarde. Por declaração expressa de Nossa Senhora, a sobrevivência da Lúcia destina-se a completar a mensagem: «Tu ficas cá mais algum tempo. Jesus quer servir-se de ti para me fazer conhecer e amar. Ele quer estabelecer no mundo a devoção ao Meu Imaculado Coração.» Até para isso lhe mandou Nossa Senhora que aprendesse a ler. E a própria Jacinta, ao separarem-se, lembrava à prima a sua obrigação: «Tu ficas cá para dizeres que Deus quer estabelecer no mundo a devoção ao Imaculado Coração de Maria. Quando fores para dizer isto, não te escondas!» (III Escr. fl. 7). Dizer, pois, como dizem alguns, que Lúcia fala demais e compromete a mensagem, ou até que não sabe bem o que diz, é sinal de que se perdeu de vista a economia geral e particular das Aparições de Fátima. Demais falou a falsa vidente de Lipa, e ainda bem, porque no fim acabou por confessar que era tudo uma fraude.

Refere-se depois o articulista à visão do inferno, e parece-lhe estranho que as testemunhas interrogadas no processo paroquial não tenham fornecido indício nenhum «que pudesse significar o conhecimento de alguma coisa decisiva e de maior influência no espírito dos videntes». Como se o contrário fosse de esperar! Não se perca de vista que a própria visão que impôs segredo, também havia de providenciar para que os videntes o não atraíssem. Mas diz ainda: «Da forma como descrevem (essas testemunhas) as perguntas da Lúcia e o intervalo suficiente para as respostas de Nossa Senhora, que não ouviam, não se vê lugar para uma contemplação como parece exigir o que descreve a irmã Lúcia («com grande vivacidade no seu IV escrito»). E então, será que de facto não viram inferno nenhum?! A própria Lúcia diz que foi um «momento». É lamentável que o articulista, que pôs essa objecção, a deixasse sem resposta, a causar inquietação em espíritos desprevenidos. Não se confunda a visão com a sua descrição, que o autor classifica de «vivaz». Não me diga

que essa «vivacidade» significa exagero fantasista! A vivacidade é subjectiva; impressionante realismo é que ali há. Quanto à duração, até os nossos sonhos, que parecem longos, dizem os entendidos que representam de facto breves instantes. E não se filma hoje uma cena em grande velocidade, que depois se projecta demoradamente em velocidade mais lenta?

A respeito da fotografia dos videntes, tirada nesse mesmo dia, observa o articulista: «É necessário ter-se muito boa vontade para encontrar naqueles rostos, sinais que espelhem alguma coisa mais que o receio de se sentirem fotografados ... Dos três, o Francisco, normalmente retratado como o menos sociável e mais retraído, é que se apresenta nesta fotografia menos comprometido.» Mas o argumento assim posto está a provar precisamente o contrário do que o autor pretende! Admitindo antes que essas caras mostram qualquer coisa de invulgar nos pequenos, explica-se a relativa desconstracção do Francisco pelo facto de ele ser rapaz e mais sereno, e sobretudo porque a Lúcia e a Jacinta ainda não teriam tempo certamente de lhe contar o que Nossa Senhora tinha dito, para ele fazer uma ideia mais exacta da terrível visão. O Francisco só via, não ouvia.

O artigo, como já disse, é muito extenso. Na segunda parte trata das «revelações do Coração de Maria». Espraia-se o autor a mostrar que «em todo o processo das aparições» não há vestígios do Coração Imaculado de Maria. E na história, durante muitos anos, também não. Isto só confirma que era segredo; e que os pequenos o souberam guardar, para não atraírem desta vez os designios da Providência. Foi com a aparição da vida da Jacinta, baseada nos dados fornecidos pela irmã Lúcia, que a devoção ao Coração Imaculado de Maria se começou a revelar, entrevedendo-se pouco a pouco a sua relação efectiva com as aparições de Fátima. Com o Coração Imaculado de Maria é que Fátima havia de avassalar o mundo.

Esperava-se que o autor citasse os textos autênticos da Lúcia, que relatam por inteiro as aparições, pelos quais se vê que logo na aparição de Junho se revelou o Coração Imaculado de Maria e se notificou a vontade de Deus que quer estabelecer no mundo esta devoção.

Verdade seja que essa aurora e esse crescendo da devoção ao Imaculado Coração de Maria não se originava apenas no chamado «I Escrito» da Lúcia (que os outros são posteriores), mas sobretudo na divulgação dos cinco primeiros sábados, devoção prática pedida por Nossa Senhora em 1925 e começada a divulgar lentamente, com colaboração do rev. padre José Aparício da Silva, S. J., confessor da Lúcia em Tui, a partir de 1926 e seu director espiritual. Houve estranhas demoras. Conheço alguém que, na Primavera de 1932, fez talvez a primeira tiragem, policopiada a nardígrafo, do teor desta devoção, segundo os dados que lhe forneceu o padre Aparício.

Dos cinco primeiros sábados, trata mons. Antunes Borges na 3.ª parte do seu artigo. Também aqui se lêem as seguintes linhas, não sei se com entrelinhas: «Nas relações particulares da Irmã Lúcia, através da sua correspondência sem carácter oficial, é mais fácil encontrá-la tal qual ela era, e onde, por isso mesmo, as suas afirmações serão mais naturais e por conseguinte mais próximas da verdade.» Parece dizer que fora disso a irmã Lúcia não merece todo o crédito! Para que servem então os interrogatórios oficiais, quando não jurados, se tais formalidades só comprometem a veracidade?

O articulista cita uma série de documentos algo marginais, sem nos dar os textos autênticos que estabelecem a prática reparadora desta devoção. E esses textos existem, ou deviam existir, no arquivo do Santuário, ao menos em fotocópias. Pois mons. Borges, apesar de ser há anos o reitor do Santuário, acaba o seu artigo sem estar certo, ao que parece, e portanto deixando os leitores na dúvida, se os primeiros sábados do Imaculado Coração de Maria são cinco ou se não têm número definido.

Aliás, não têm passado despercebidas a muita gente certas anomalias de Fátima, sem querer atribuir culpas a ninguém concretamente. As invocações dos doentes, por exemplo, continuam pela antiga, ignorando o Imaculado Coração de Maria, quando é esta devoção que leva ali sobretudo tantos estrangeiros. A jaculatória a intercalar nos mistérios custou muito a adaptar ao texto autêntico. Foi, como é sabido, o dr. Formigão, aliás um dos maiores beneméritos de Fátima, que tomou a liberdade estranha de introduzir nela as almas do Purgatório. E por isso se veio a construir um nicho às Almas na via que arranca do Crucifixo para o hospital velho (secretaria). E como se estivesse muito bem, e não houvesse outro motivo aproveitável (qual seria, por exemplo, a Sagrada Família), construiu-se recentemente outro nicho às almas, na via paralela do lado oposto!

Ainda outro exemplo de que o Santuário não tem sido apressado em se pôr em dia com certos dados da Mensagem: Na rocha do fundo da Lapa do Cabeço havia uma dupla inscrição da oração do anjo à SS. Trindade. Em português já estava correcta, ao passo que no texto alemão logo a seguir, continuava ainda a cláusula «e por intercessão do Coração Imaculado de Maria» que o padre Luís Gonzaga de Fonseca, S. J., por seus motivos teológicos, tomou a não menos estranha liberdade de lhe inserir, e que o dr. Luís Fischer confiadamente traduzira para alemão.

Voltando, porém, aos primeiros sábados, os leitores precisam de saber que são exactamente «cinco». O texto autêntico desta grande promessa do Imaculado Coração de Maria, feita por Nossa Senhora a 12 de Dezembro de 1925, foi entregue no original da irmã Lúcia, pelo seu antigo director espiritual, rev. padre José Aparício da Silva, S. J., ao bispo de Leiria, no dia 13 de Setembro de 1938. Tenho à vista cópia exacta de uma carta em que o padre Aparício transcreve aquele documento. Note-se que o texto original diz lá: «e me fizerem 15 minutos de companhia meditando nos 15 (sou eu que sublinho) mistérios do Rosário».

Numa aparição de 29 para 30 de Maio de 1930, em Pontevedra, Nosso Senhor em pessoa se encarregou de explicar à Lúcia porque é que eram cinco sábados nem mais nem menos. E Nosso Senhor dignou-se acrescentar no final: «Será igualmente aceite a prática desta devoção no domingo seguinte ao 1.º sábado, quando os Meus sacerdotes, por justos motivos, assim o concederem às almas». São explicações que já andam publicadas (Cfr. Pe. Fernando Leite, S. J. JACINTA DE FÁTIMA. 4.ª ed. (1966) págs. 205 e segs). O documento destas declarações divinas foi entregue pela vidente, em 12 de Junho seguinte, ao rev. padre José Bernardo Gonçalves, S. J., então seu director espiritual. «Entregou-me isto no quarto, quando doente com uma gripe, a 12/6/1930», diz em nota o padre Gonçalves.

Em carta para o mesmo Pe. Gonçalves naquele dia 29 de Maio (A visão foi à noite), explicava a irmã

Lúcia: «A devoção consiste em durante cinco meses seguidos, no primeiro sábado ...».

Também na carta enviada pela vidente ao Papa, desde Tui a 2/12/1940, fala a irmã expressamente da «comunhão reparadora nos primeiros sábados de cinco meses seguidos», com as mais condições sabidas.

No final acrescentava a Lúcia: «Aproveito, SSmo. Padre, este momento para pedir a V. S. se digne estender e abençoar esta devoção a todo o mundo».

Essa carta foi redigida por conselho do seu director espiritual e do senhor bispo de Gurza (então seu confessor). A 1.ª redacção, com data de 24/10/1940, foi posta de parte, para dar lugar a outro texto mais breve, segundo o conselho do senhor bispo de Leiria. Na 2.ª redacção, enviada a Roma, dizia ainda a irmã: «Agora, SSmo. Padre, permita-me fazer mais um pedido que é apenas um desejo ardente do meu pobre coração: que a festa do Imaculado Coração de Maria seja estendida a todo o mundo como uma das principais na Santa Igreja».

Isso quanto aos cinco primeiros sábados. Outra coisa, penso eu, é a simples comunhão reparadora em todos os primeiros sábados do ano, pela vida fora. Já S. Pio X tinha fomentado a comunhão reparadora em todos os primeiros sábados, em desagravo da Imaculada Mãe de Deus, concedendo-lhe indulgência plenária, por decreto de 13 de Junho de 1912. O teor desse decreto é como segue:

«O Nosso Santo Padre, o Papa Pio X, para aumentar a devoção dos fiéis à gloriosíssima e Imaculada Mãe de Deus, e para fomentar o filial desejo de reparação que se manifestou entre os cristãos, levando-os a oferecer alguma expiação pelas blasfémias odiosas proferidas por homens perversos contra o nome augustíssimo e a dignidade sobre-eminente da Santíssima Virgem, dignou-se espontaneamente conceder a todos os que no 1.º sábado de cada mês, confessados e comungados, cumprirem em espírito de reparação alguns actos particulares de piedade em honra da Virgem Imaculada e rogarem pelas intenções do Sumo Pontífice, uma indulgência plenária aplicável aos defuntos» (A. A. S. 30/9/1912).

Repare-se que Nossa Senhora de Fátima, na aparição de Julho, só mencionou a comunhão reparadora, como meio (que Ela viria pedir mais tarde) para evitar a guerra e alcançar a conversão da Rússia. Dois grandes bens por certo, sendo a paz um bem permanente que precisamos de assegurar em todos os tempos. Com este aliciente, Nossa Senhora convidar-nos-ia à comunhão reparadora todos os primeiros sábados: meio pastoral eficaz de emenda de vida, que ajudará as almas a viverem habitualmente na graça de Deus.

Relacionada, ao que parece, com a iminência da grande deflagração bélica, teve a irmã Lúcia outra comunicação de Nosso Senhor, por Março de 1939, que se refere igualmente à comunhão reparadora sem mais: «Nosso Senhor disse-me ainda: pede, insta de novo para que se publique a comunhão reparadora, em honra do Imaculado Coração de Maria, nos primeiros sábados.»

Ambas as devoções têm a mesma finalidade reparadora, mas o aliciente é diferente: no caso dos cinco primeiros sábados, é uma boa morte, assistida pelo Imaculado Coração de Maria com todas as graças necessárias para a salvação. A prática dos cinco primeiros sábados, pediu-a Nossa Senhora, em 1925, catorze anos antes da guerra, e sem referência nenhuma à guerra. Pelo contrário, a comunhão reparadora

dos primeiros sábados, e a consagração da Rússia, tinha Ela dito que as viria pedir em vista de evitar a guerra e de alcançar a conversão da Rússia. «O pedido referente à Rússia, (escreve a Lúcia em carta para o padre Gonçalves, de Tui a 18/5/1941) parece-me que foi em Junho de 1930, de 5.^a para 6.^a feira, e que calhou de 12 para 13, das 10 às 12 da noite.» Noutra carta (20/6/1941) escreve, a respeito dessa data: «As datas nunca liguei importância nem fiz por retê-las, por isso pode ser que confunda a data da entrega do escrito com a do pedido e que o pedido fosse em 1929. De uma quinta para sexta-feira foi, mas a quantos não sei.» No conjunto de pormenores da carta anterior, diríamos que foi em 1930, pois nesse ano é que o 12 de Junho foi quinta-feira.

De qualquer maneira, as duas devoções, a dos cinco primeiros sábados, (com a confissão, a comu-

nhão, o terço e a meditação) e a de todos os primeiros sábados, tal como vinha sendo promovida pela Igreja, e com as menções que se lhe fazem na mensagem de Fátima, no quadro do comunismo russo e da guerra, são devoções que se completam. Quem praticou uma vez ou duas os cinco primeiros sábados, ficará por assim dizer habituado a fazer a comunhão Reparadora em todos os primeiros sábados. Por outro lado, a meditação bem feita dos quinze mistérios do Rosário, facilitará igualmente a reza diária do terço, como ele deve ser rezado. O terço diário, que Nossa Senhora tanto pediu em todas as aparições, é essencialmente uma prece meditada, ou melhor, acompanhada da contemplação dos mistérios. É mesmo esse o segredo que torna o terço fácil, agradável e proveitoso, fazendo dele o autêntico «Breviário da Vida Cristã».

NOTÍCIAS DE FÁTIMA

ASSEMBLEIA GERAL DA PIA UNIÃO DE SERVITAS DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

No dia 13 de Agosto, depois das cerimónias da peregrinação, os membros da Pia União de Servitas de Nossa Senhora de Fátima reuniram-se em Assembleia Geral, convocada ao abrigo dos estatutos aprovados pelo sr. bispo de Leiria em 8 de Março de 1968, a fim de elegerem os chefes gerais desta Pia União.

Presidiu à assembleia geral o director, rev. padre Manuel dos Santos Craveiro, com a assistência de monsenhor António Antunes Borges, reitor do Santuário. Fazem actualmente parte da Pia União de Servitas 153 homens, servitas efectivos, honorários e auxiliares, e 145 senhoras, servitas efectivas, honorárias e auxiliares. À assembleia geral assistiram ainda 10 sacerdotes servitas.

Depois do escrutínio secreto a que se procedeu, os homens elegeram para chefe geral da Pia União o Servita José Marques Abreu, e as senhoras elegeram para chefe geral a servita D. Maria Filipa Ataíde Cordeiro Moura Neves. Por proposta unânime foi nomeada chefe geral honorária a

sr.^a D. Maria Celeste Alvaiázere, que vinha exercendo o cargo há 30 anos.

Depois do acto eleitoral, o director, padre Craveiro proferiu palavras congratulatórias da forma como havia corrido, agradecendo e pedindo toda a colaboração. Estas palavras foram secundadas pelo reitor do Santuário que teve ainda palavras de sincero louvor e agradecimento para a chefe geral cessante, sr.^a D. Celeste Alvaiázere.

Segundo os estatutos da Pia União, as eleições dos chefes gerais deverão ser confirmadas pelo prelado diocesano.

BUDISTAS E CATÓLICOS JAPONESES PEREGRINOS DE FÁTIMA

Uma peregrinação composta de um monge e 14 crentes budistas esteve ao convento de Kohkokuji de Zen Temple, no Japão. Com este grupo vinha o padre J. B. Hanlow com 5 católicos. Os peregrinos católicos e os budistas assistiram à missa do padre católico num dos altares da Basílica.

PEREGRINOS DA BREITANHA

Sob a direcção do padre Deneber, vigário da paróquia de São Leonardo, de Foujères, na Bretanha, estiveram na Cova da Iria 50 peregrinos desta região. O grupo faziam parte 5 sacerdotes que rezaram missa na Capela das Aparições.

A PRIMEIRA RELIGIOSA SEPULTADA NO CARMELO DE FÁTIMA

Faleceu no Carmelo de S. José a irmã Maria Isabel da Santa Face, que na vida civil tinha o nome de Cacilda Duque Vieira. Era natural de Rendufas, concelho de Torres Novas, filha de Anselmo Vieira e de Júlia Augusta Duque, sobrinha de Mons. Manuel Vieira que foi pároco da Sé de Lisboa.

Esta religiosa foi a primeira a ficar sepultada no cemitério privativo do Carmelo.

A PEREGRINAÇÃO CORDIMARIANA DE AGOSTO

Desde 1954 que os Missionários do Coração de Maria (Padres Claretianos), organizam uma peregrinação dos devotos do Coração

de Maria ao Santuário da Cova do Iria.

Na peregrinação deste ano tomaram parte alguns milhares de fiéis de Lisboa, Porto, Setúbal e outros locais.

As cerimónias foram presididas pelo padre João de Freitas Alves, provincial dos Claretianos.

Houve hora santa com pregação pelo padre Manuel Lopes, procissão de velas pelo recinto e missa com comunhão geral celebrada pelo provincial.

Realizou-se ainda uma celebração da palavra, de desagravo ao Coração de Maria, precedida da reza do terço. Proferiu uma homilia apropriada o padre André das Neves.

A peregrinação terminou com a procissão do «Adeus.»

PEREGRINOS ITALIANOS

Estiveram em Fátima, nas duas primeiras semanas de Agosto, numerosos peregrinos da Itália. Entre estes contava-se um grupo de 30 pessoas da paróquia de Nossa Senhora Annunziata, de Bruno, Asti, com 5 sacerdotes que concelebraram na Basílica. Também vieram a Fátima com a Ópera Italiana de Peregrinações Paolinas, peregrinos de outras regiões da Itália.

CRIANÇAS DA SERTÃ PREMIADAS COM UMA PEREGRINAÇÃO

Como prémio pelo seu aproveitamento na catequese, pela assiduidade à missa e frequência dos sacramentos, o pároco da vila da Sertã, cónego João Maria Carrilho, trouxe ao Santuário da Cova do Iria 200 crianças, em representação das 700 que frequentam as aulas de catequese. Com estas crianças que assistiram a uma missa e oraram a Nossa Senhora de Fátima, vieram 60 catequistas.

PEREGRINOS ESPANHÓIS

Vieram a Fátima 30 peregrinos da paróquia de San Juan de las Abadesas, de Gerona, diocese de Vich, acompanhados pelo seu pároco, D. José Maria Codina. Nesta

paróquia é especialmente propagado o culto de Fátima através da visita domiciliária da Virgem de Fátima. Actualmente percorrem os domicílios de San Juan 7 oratórios com a imagem de Nossa Senhora.

MONS. LUIGI BETTAZZI

Esteve no Santuário e rezou missa na Capela das Aparições, mons. Luigi Bettazzi, bispo da diocese de Ivrea, na Itália. O prelado hospedou-se na Casa dos Retiros e recebeu os cumprimentos do reitor do Santuário.

RETIRO PARA SENHORAS COLABORADORAS NA ACÇÃO PASTORAL

Cerca de setenta senhoras de várias dioceses, colaboradoras da acção sacerdotal, frequentaram um retiro que foi orientado pelo padre Filipe Marques de Figueiredo, director dos Cursos de Cristandade na diocese de Évora. É o sétimo retiro organizado para pessoas dedicadas à coadjuvação da acção pastoral em vários campos e várias localidades.

CONGRESSO DOS ENGENHEIROS E ECONOMISTAS CATÓLICOS

O Congresso dos Engenheiros e Economistas Católicos, que principiou no dia 23 na Universidade Católica de Lisboa, e que se realiza pela sétima vez, encerrou-se na Cova do Iria no dia 17 de Julho.

Estiveram representados neste congresso 18 países e participaram nos trabalhos que este ano estiveram a cargo da Comissão portuguesa do Secretariado Internacional da S. I. I. A. E. C. cerca de 200 pessoas. A comissão portuguesa é presidida pelo eng. António Leite Garcia e o assistente eclesiástico é o padre António dos Reis Ribeiro.

A sessão de abertura do congresso foi presidida por S. Ex.^a o cardeal-patriarca de Lisboa, que proferiu um discurso. A esta sessão assistiram o ministro de Estado, eng. Vaz Pinto, diversos membros do Governo Português, representante do Mercado Comum e diversos dirigentes do Movimento

Internacional dos Intelectuais Católicos. O tema do congresso foi a pergunta «Para uma nova política de desenvolvimento?».

A sessão de encerramento foi aberta por D. Domingos de Pinho Brandão, bispo auxiliar de Leiria. A apresentação das conclusões do congresso coube ao sr. Schmider, da equipa do S. I. I. A. E. C. de Paris, seguindo-se o eng. Lobato de Faria, da A. E. E. C. portuguesa, que falou sobre o significado do congresso. Encerrou a sessão o presidente do S. I. I. A. E. C., sr. Mário d'Erme, da Itália. Após a sessão de encerramento foi celebrada missa pelo sr. bispo auxiliar de Leiria.

CAMPANHA DE DECÊNCIA NO SANTUÁRIO

Desde há anos que se encontram colocados nas entradas do recinto do Santuário numerosas placas, seguras por artísticos suportes, com letras bem visíveis que dizem: **Peregrino. Este lugar é sagrado. Esteve aqui a Mãe de Deus, pediu Oração — Penitência — Reparação.** A seguir a estas palavras escritas nas línguas portuguesa, espanhola, francesa, alemã e inglesa, as condições em que todos os peregrinos — homens e mulheres — podem entrar no local reservado à oração, na capela das Aparições, Basílica e outros locais.

Com frequência têm vindo a Fátima grupos com indumentária feminina muito reduzida e ofensiva do pudor; moças de mini-saia e bastante despidas, que não obstante as advertências colocadas em locais bem visíveis, procuram entrar assim no recinto. As pessoas encarregadas da vigilância da decência e compostura no local das aparições, têm tido nos últimos meses trabalho árduo no sentido de evitar que manifestações de impudor aqui penetrem, o que nem sempre se consegue, dado as múltiplas entradas que tornam difícil dispor de pessoas capazes de se fazerem compreender nas várias línguas dos turistas que aparecem em Fátima.

Para obviar a estas dificuldades, as múltiplas entradas que boa fé aparecem desprevénidas de roupa, mandou a reitoria do Santuário distribuir por vários postos do recinto, batas e camisolas emprestadas para a visita e oração dos que se apresentam vestidos menos convenientemente, de forma a proporcionar melhor am-

biente a estas e menor escândalo aos outros.

Além disso, a todos os peregrinos é distribuído um «desdobrável» com o resumo da história das aparições, e da Mensagem de Nossa Senhora, o horário das cerimónias religiosas e a forma como todos, peregrinos e turistas, se devem comportar no local das Aparições. Os mesmos «desdobráveis» têm sido enviados às agências de viagens e postos de turismo para o conhecimento dos que pretendem vir ao Santuário de Fátima.

VEIO COMEMORAR A FÁTIMA O CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO

Acompanhada de seus filhos, netos e bisnetos e de outros parentes, no total de cerca de 40 pessoas, veio ao Santuário da Cova da Iria no dia 25 de Agosto D. Maria da Visitação Monteiro Barbosa, que nasceu no dia 25 de Agosto de 1869, completando, por conseguinte, 100 anos de existência.

A ASSEMBLEIA VICENTINA DE TODO O MUNDO PORTUGUÊS

Mais uma vez se reuniram em Fátima as Vicentinas de todo o espaço português, para se consagrarem a Nossa Senhora e colocarem sob a Sua protecção as suas conferências.

O programa principiou pela concentração na Cruz Alta, dirigindo-se todas para a capelinha das Aparições, onde o sr. bispo auxiliar de Leiria, D. Domingos de Pinho Brandão, que presidiu a todos os actos da peregrinação, falou às Vicentinas, salientando o significado das conferências na Cova da Iria; uma presença de prece, uma presença de fidelidade e uma presença de promessa.

Depois de todas rezarem, uma saudação à Virgem, seguiu-se o terço na Basílica e missa.

A seguir ao jantar, houve Via Sacra na Colunata e fez-se uma procissão eucarística, a que presidiu o cardeal Ursi, arcebispo de Nápoles e na qual tomaram parte, além do bispo de Leiria e

A centenária que é uma grande devota da Virgem de Fátima, desde há mais de 30 anos que vem aqui festejar o seu aniversário natalício. Reside em Rio Maior. Teve 5 filhos dos quais 4 já faleceram. Tem 5 netos e 4 bisnetos.

D. Maria da Visitação esteve na Capela das Aparições a orar a Nossa Senhora diante de cuja imagem deixou um lindo ramo de flores.

A reitoria do Santuário ofereceu à devota centenária medalhas e estampas com a Virgem de Fátima que ela distribuiu pelas pessoas de sua família, como lembrança do seu centenário.

CARDEAL ARCEBISPO DE TOLEDO

No dia 16 de Agosto esteve no Santuário, tendo celebrado missa na capela das aparições, o cardeal Vicente Henrique Tarancón, Arcebispo de Toledo. O cardeal Tarancón que viajava em companhia de um sobrinho e de uma religiosa teresiana, visitou os túmulos dos videntes Francisco e Jacinta, na Basílica.

seu auxiliar, o arcebispo de Damasco, mons. Abdula Rahal, arcebispo de Ancona, Itália e outros e grande número de sacerdotes de 15 nações que estavam em Fátima a realizar uma semana de estudos sobre a Mensagem de Fátima. No final da bênção eucarística, o «Bendito Seja Deus» foi rezado em 6 línguas.

Assembleia geral

Ao outro dia realizou-se, junto à Colunata, a assembleia geral, segundo o regulamento das conferências, à qual presidiu o bispo auxiliar de Leiria, ladeado pela presidente do Conselho Superior, D. Maria da Glória de Barros e Castro, assistente nacional, rev. cônego Correia de Sá (Asseca) e prior de S. Domingos em Lisboa, do engenheiro José Ferrão, presidente do Conselho Superior das Conferências Masculinas e de vários outros membros do conselho.

Estavam presentes alguns assistentes das conferências, os revs. padres Manuel Vila Verde, de Viana do Castelo, mons. Alípio Quintas Neves, do Conselho Central de Braga, Alcino Gaspar, de Abragão, Penafiel, António Martins Fernandes, do Porto, padre Herculano Martins, do Conselho Particular de Lisboa, etc.

Estavam representados os Conselhos Centrais de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Viseu, Lisboa, Leiria, Portalegre, Guarda, Vila Real, Porto, Algarve, Beja, Ponta Delgada e Luanda.

Depois da leitura espiritual e da acta da assembleia anterior, a presidente do Conselho Superior, D. Maria da Glória de Barros e Castro, disse algumas palavras, saudando em primeiro lugar e agradecendo ao sr. D. Domingos a honra que tinha dado às Vicentinas de presidir a todos os actos da sua peregrinação e a seguir a todas as conferências, tão numerosamente representadas.

Referiu-se, a seguir, ao VII Congresso Vicentino de Jovens, que se realiza em Lisboa em Agosto, no qual participam 14 países para tratar, entre outros, os seguintes assuntos: «Presença no mundo da Sociedade de S. Vicente de Paulo»; «Formação vicentina, caridade vicentina e novos métodos de acção».

Disse que o assistente das conferências em Macau estivera presente no Congresso Pan-Asiático, em Sidnei, na Austrália.

Apresentou as Novas Regras da Sociedade, que estão à experiência durante 5 anos. Saudou também o novo presidente do Conselho Geral em Paris, Henri Jacob, que tomara o lugar do prof. padre Chouard. Esse conselho, actualmente, tem além do presidente geral, mais 4 presidentes, tendo cada um a seu cuidado um dos 4 continentes.

Acerca da actuação das conferências no âmbito nacional, disse que, em resultado das Novas Regras, houve grande movimento nas mesas dos Conselhos Centrais e Particulares, como, por exemplo, em Lisboa, na Guarda, em Coimbra, Aveiro, Ponta Delgada, etc.

No Conselho Superior foram introduzidos mais elementos com tarefas especializadas, assim como o boletim, que foi bastante remodelado.

Deu a conhecer que, por compreensiva atitude do Conselho Central do Porto, se tornaram extensivas ao Continente e Ilhas os

estatutos da Associação das Obras Especiais das Conferências Femininas de S. Vicente de Paulo, podendo-se assim resolver problemas relacionados com legados, doações e donativos, atribuídos às Conferências Femininas. É intenção do Conselho Superior torná-lo extensivo também ao Ultramar.

A sede da associação é agora em Lisboa, na Rua Gorgel do Amaral, 6, 2.º. Notificou que foi criado novo Conselho Central, o de Faro, e que foi confiada à sr.ª D. Maria da Conceição Santos Fonseca a orientação das Conferências das Ilhas e Ultramar.

Anunciou ainda que, devido à festa de S. Vicente de Paulo ter sido transferida, no Calendário Litúrgico, de Julho para Setembro, talvez fosse mais conveniente aquela assembleia e a respectiva peregrinação ficar antecipada para Abril, pois os dias 23 e 24 de Abril são precisamente os dias natalícios, respectivamente, de Ozanam, o fundador das conferências e de S. Vicente de Paulo.

A terminar, disse que, durante o ano de 1968, 11 654 vicentinas, exercendo a sua acção através de 977 conferências, socorreram 17 428 famílias semanalmente, além de 17 586 famílias, a quem foram distribuídos socorros extraordinários, o que perfaz o número de 36 000 famílias a quem foram distribuídos géneros no valor de 12 470 063\$30, que somados com os 10 783 972\$50 despendidos em obras especiais, totalizam o movimento deste conselho: 23 928 613\$80.

Leitura de vários relatórios

Foram, depois, apresentados relatórios de algumas conferências. O primeiro foi o do Conselho Central da Guarda, o qual tem 3 equipas, conforme as 3 zonas em que dividiram a diocese. Para tratar das conferências das jovens, foi nomeada uma jovem que orientará este sector. A presidente deste conselho relatou ainda como têm decorrido as reuniões da equipa diocesana. Realizaram os assembleias vicentinas, nas várias regiões, e salientou o estímulo do Exmo. prelado que tem dedicado um carinho especial à obra vicentina. Um dos trabalhos mais frutuosos deste conselho foi, sem dúvida, a visita às várias conferências da Guarda, para lhes dar

o necessário estímulo e as ajudar nas suas actividades.

Em segundo lugar, foi lido o relatório do Conselho Central do Porto, pela sua secretária, D. Maria Ema de Ataíde Malafaia Oliveira Sá, o qual apresentava casos edificantes, em que palpitava o verdadeiro amor das Vicentinas pela suas pobres, amor que é a melhor e mais completa realização da autêntica promoção social. Focou o interesse que sempre tem merecido ao Conselho do Porto as conferências de jovens estudantes e o entusiasmo destas pela obra vicentina.

Nesse relatório se acentuava ainda o fruto e progresso das conferências no Porto, devido aos dias vicentinos e às visitas frequentes que os membros do conselho lhes fazem.

Relativamente às suas actividades no ano anterior disse que as 218 conferências que existem na diocese do Porto tiveram de receita 8 250 306\$50, e de despesa: 7 855 921\$80 Visitaram, por semana, 5368 pobres, além de 7424 visitas extraordinárias, Promoveram 106 baptismos, sendo a maior parte de adultos. Catequizaram 9455 crianças e adultos, obtiveram emprego para 186 pessoas, distribuíram 41 241 peças de roupa e 2925 cobertores.

A responsável nacional pelas conferências de jovens leu depois um interessante trabalho, no qual relatou o que se tem feito quanto à preparação do encontro internacional, a realizar em Lisboa, de 15 a 19 de Agosto. Fora decidido, no último encontro em Assis, Itália, este ser em Portugal, o que foi uma honra para nós.

Para a preparação desse encontro, já se realizaram várias reuniões em todo o País, versando sobretudo o tema: «Caridade Vicentina, Métodos de Actuação».

Por último, foi lido um trabalho muito bem feito por uma jovem, que analisou com grande proficiência o que os jovens são e querem ser no mundo de hoje. As suas qualidades, que as têm, as suas ansias de promoção, as suas aspirações mais intensas, o seu irrequietismo e o seu avançar para a frente, mesmo, por vezes, à custa da destruição de tudo o que cheira a bolor e velharia, a compreensão com que os adultos devem olhar para as suas iniciativas de novidade e de experiências futuras, tudo isto ela focou, procurando dar uma razão a estes problemas dos jovens, e apontando

o que eles querem dos outros e o verdadeiro equilíbrio entre o passado e o futuro.

O presidente do Conselho Superior Masculino disse também algumas palavras, pedindo a melhor colaboração entre as conferências masculinas e femininas

Palavras do sr. D. Domingos de Pinho Brandão

«A JUVENTUDE PROGRIDE
SEQUIOSA DE VERDADE,
DE JUSTIÇA E DE AMOR»

Encerrou aquela reunião vicentina o sr. D. Domingos de Pinho Brandão, que principiou por dizer que achara importantíssima aquela assembleia de conferências de todo o espaço português. Disse que as conferências vicentinas, na Igreja, são uma força extraordinária, embora sejam de leigos. Ouvimos ler os relatórios, disse, onde, para além de todos os números, está o amor com que trabalham.

Referindo-se aos jovens, disse que o tinha impressionado o que ali se dissera. Diz-se que a Juventude está em crise, mas isso não é verdade. Ela progride em esperança, em anseios, sequiosa de verdade, de justiça e de amor. O que eles precisam é do carinho, da compreensão e do estímulo dos outros. E isso não são portas fechadas, mas abertas a esses jovens, porque a mística da verdade da caridade e da justiça é a mística da obra de S. Vicente de Paulo, Mais adiante: Diz-se que pobre é aquele que precisa de amor. Ora a obra vicentina é levar o amor àqueles que precisam, sobretudo de amor.

Levai, pois, esse amor, queridas Vicentinas, aos vossos pobres, agradecendo a Deus a vocação que ele vos deu de serdes verdadeiras vicentinas.

Depois desta reunião, seguiu-se a missa concelebrada por todos os assistentes, a que presidiu o sr. D. Domingos, terminando desta maneira a concentração das Vicentinas em Fátima, onde foram buscar um pouco mais de calor e coragem, para continuarem a realizar as obras transcendentais da caridade.



AS IRMÃS DOMINICANAS NO CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA DE SENA

Em comemoração do I Centenário da Fundação da Congregação das Irmãs de Santa Catarina de Sena, reuniram-se na Cova da Iria, no dia 7 de Agosto, cerca de 250 religiosas dominicanas, superiores, encarregadas de educação, etc., de todas as casas que esta congregação tem actualmente no nosso país: Ramalhão, Lisboa, Fátima, Leiria, Coimbra, Aveiro, Braga e Guarda.

No dia 5, à noite, as Dominicanas tomaram parte na celebração de uma para-liturgia, e no dia 6 assistiram a uma concelebração presidida por D. Francisco Renheiro, bispo de Coimbra e em que tomaram parte D. João Pereira Venâncio, bispo de Leiria, dr. José Galamba de Oliveira, dr. Raul de Almeida Rolo, provincial dos Padres Dominicanos e mais 6 sacerdotes dos conventos da Ordem de

São Domingos de Fátima, Olival e Queluz.

Na altura própria, o bispo de Coimbra dirigiu uma homilia às religiosas dominicanas. Entre estas encontrava-se a madre geral, irmã Maria do Sagrado Coração de Jesus Valente.

A HOMILIA DE D. FRANCISCO RENHEIRO

Os fenómenos sociais são factos que devemos considerar e que devemos iluminar com a luz do Evangelho.

A contestação é um dos fenómenos característicos do nosso tempo. A contestação encontra-se no seio da Igreja, dentro da vida religiosa. Há muita gente que se julga contestador, e que pensa que a sua contestação é um carisma.

Contestar é pôr em causa atitudes, situações, pretendendo transformar essas atitudes e situações, pretendendo criar um mundo novo, um mundo que se julga melhor.

A contestação é um fenómeno da acção do homem na renovação das coisas.

A palavra renovação é uma das mais belas: na ordem da natureza lembra-nos a Primavera, na ordem da graça lembra-nos o Pentecostes: **e renovareis a face da terra.**

Temos a promessa de uma renovação final com céus e terra nova, onde viveremos sempre felizes, onde não haverá mais guerras, nem lágrimas, nem fome, nem sofrimento.

Parece um sonho, uma utopia, mas é uma promessa do Senhor.

Entretanto, enquanto não chega esse dia, os homens têm obrigação

de caminhar para Ele, porque somos peregrinos. Mas esta caminhada não deve ser apenas a da resignação de quem se vai arrastando ao longo do caminho, gemendo e chorando neste vale de lágrimas; deve ser antes a tarefa gigantesca de quem vai aparelhando pedras para construir um mundo novo, uma Igreja renovado no Espírito do Senhor.

É precisamente nesta perspectiva que se coloca a verdadeira contestação.

Grande contestador foi Cristo, que chegou num momento em que o Povo de Deus se encontrava por demasiado apegado à terra, a suspirar pela restauração do reino de Israel. Os chefes religiosos desse povo estavam instalados na sua situação social de prestígio, de domínio; sentavam-se nos primeiros lugares, desenrolavam as suas **filactérias**, rezavam nos ângulos das praças, e ao mesmo tempo exploravam os pobres e as viúvas. Entretanto, os doutores que se sentavam na cátedra de Moisés pormenorizavam a lei até às mais pequeninas circunstâncias da vida humana, obrigando os fiéis a pagar o dizimo da hortelã e da pimenta, e esqueciam os mais graves deveres da caridade fraterna.

A contestação de Cristo é a contestação da palavra violenta:

Ai de vós escribas e fariseus hipócritas — impondeis aos outros um jugo insuportável, e não os aliviáis com a ponta do vosso dedo. Ai de vós, pois coais o mosquito e engolis o camelo, vedes o cisco no olho do vizinho e não enxergais a trave no vosso. Fazeis da casa do Meu Pai um covil de ladrões.»

Não me consta que a mais violenta contestação do nosso tempo tenha chegado aos limites da linguagem de Cristo.

Simplemente a diferença é imensa: Cristo, antes de contestar, começou por dar o exemplo, antes de ensinar começou por fazer: Eu estou no meio de vós como aquele que serve, Eu dei-vos o exemplo de vos lavar os pés, para também vós serdes os servidores dos vossos irmãos.» A contestação de Cristo é a atitude daquele jovem adolescente que vai crescendo em Nazaré, submisso a seus pais, que depois prega um Evangelho novo, mas respeita fielmente a lei antiga, que ensina os seus ouvintes a não fazerem como fazem esses escribas e fariseus hipócritas, mas a respeitarem os seus ensinamentos, porque são os mestres em Israel.

E sobretudo a contestação de Cristo é a sua imolação que o levou a dizer: «faço sempre a vontade do Pai, que me enviou; Pai

não se faça a Minha vontade senão a Tua». A contestação de Cristo é a contestação silenciosa do mártir diante de Pilatos, na caminhada do Calvário e no alto do patíbulo, até poder dizer: «tudo está consumado; Pai, nas Tuas mãos entrego o Meu espírito».

Irmãos e irmãs, a festa de hoje é dominicana, por isso também havemos de voltar os olhos para S. Domingos e para St^a Catarina de Sena.

Que terrível foi a época em que viveram estes santos! E eles não se conformaram; eles foram grandes contestadores, não de maneira violenta, mas da maneira mais firme que é possível.

O episódio dos legados pontifícios que vinham avistar-se com os albigenses, mas traziam todo o aparato mundano de grandes senhores; os seus criados, os seus cavalos; e a palavra humilde de S. Domingos já experimentado por tantos anos de contacto com os herejes na pobreza e na humildade, é altamente significativo. Domingos e o bispo de Osma que andava com ele, eram contestadores silenciosos, contestavam a expressão externa da Igreja, vivendo muito simplesmente o Evangelho. A contestação de S. Domingos, e ao mesmo tempo a de S. Francisco de Assis, constituem o



D. João Pereira Venâncio, bispo de Leiria; D. Francisco Rendeiro, bispo de Coimbra; padre Raul de Almeida Rolo, provincial dos Dominicanos, com as religiosas de Santa Catarina de Sena.

grande exemplo a ensinar-nos que é vã e oca a contestação que se fica em palavras e não se concretiza na vida do Evangelho.

Catarina de Sena, essa humilde e pobre mulher do povo, pequenina e ignorante da ciência humana, é outro exemplo extraordinário de contestação. Ela dirige-se ao próprio Papa, aos bispos, aos padres e aos religiosos, e fala-lhes a linguagem mais clara e mais desassomburada. E consegue convencê-los e vergá-los aos seus argumentos de fogo.

Mas a contestação de Catarina é toda feita de amor à Igreja e de veneração por Aquele a quem chama o doce Cristo da terra.

Irmãs e irmãos: o Concílio, ao proclamar que a vida religiosa deve constituir um testemunho das realidades invisíveis, e uma antecipação das realidades eternas, diz-nos claramente que a vida religiosa há-de ser uma contestação, não barulhenta ou revolucionária, no sentido comum desta palavra, mas uma contestação silenciosa, que há-de consistir no testemunho de uma vida claramente conforme ao Evangelho.

Catarina de Sena dá-nos o exemplo de amor ao Papa, Domingos de Gusmão e Francisco de Assis dão-nos o exemplo da encarnação do Evangelho.

Estes exemplos põem em destaque as duas regras fundamentais da contestação autêntica e válida.

A primeira dessas regras é a do amor à Igreja. Quando amamos verdadeiramente a Igreja de Cristo, a Igreja como o Senhor a fundou, e com os homens a quem Ele a confiou, esta Igreja bem concreta de que nós próprios fazemos parte, então trabalharemos para a purificar, para a renovar e não para a destruir. Esta regra do amor à Igreja é a primeira condição fundamental da contestação. E a segunda regra da contestação é a vivência do Evangelho.

O mundo está cheio de palavras, de teorias, de projectos abstractos, de reforma; é muito fácil falar e escrever, é muito fácil sentenciar a reforma dos outros, se não começarmos por nós próprios.

A grande contestação há-de ser a da nossa vida bem conforme ao Evangelho.

Graças a Deus não nos faltam exemplos dessa contestação autêntica, a única verdadeiramente construtiva.

Sejamos fiéis à nossa vocação religiosa dominicana e teremos cumprido a nossa missão.



O bispo de Coimbra durante a homilia

IV CENTENÁRIO

DA FÓRMULA ACTUAL DO ROSÁRIO

No dia 17 de Setembro do corrente ano ocorre o IV Centenário da célebre bula do Papa S. Pio V, intitulada «Consueverunt Romani Pontifices», «Costumaram os Romanos Pontifices», estabelecendo a forma actual do Rosário: 15 mistérios, cada qual com 10 ave-marias, intercalando-se em cada dezena o Pai Nosso e o Glória ao Pai, divididos em três séries de cinco: gozosos, dolorosos e gloriosos.

Para esta comemoração os Dominicanos portugueses preparam diversos actos entre os quais conferências em Fátima nos dias 14 e 15 de Setembro.

Nos dias 12 e 13 as cerimónias da peregrinação mensal terão como intenção comemorar esta bula do Papa relativa à devoção do Rosário.

No dia 17 os padres Capitulares do Capítulo Provincial dos Dominicanos Portugueses, que nesse dia se inicia em Fátima, participarão numa solene concelebração por esta comemoração.

O P R O C E S S O CANÓNICO DE FÁTIMA

À LUZ DA CRÍTICA

ANTUNES BORGES

Ao falar no artigo anterior, das revelações do Coração de Maria, fez-se uma breve referência às principais visões que precederam e seguiram as manifestações de Nossa Senhora, na Cova da Iria. A medida que os documentos de todo o Processo Canónico de Fátima vão aparecendo, outras visões se descobrem, relacionadas, especialmente, com a vida dos dois pequenos videntes, já mortos.

Não fica, por isso, fora do seu lugar uma ulterior informação a completar o que, anteriormente, foi afirmado sobre a publicação, no estrangeiro, dos documentos de Fátima.

Acaba de sair um longo artigo da autoria do ilustre teólogo mariólogo, rev. padre Joaquim M. Alonso, na revista da sua superior direcção, **Ephemerides Mariologicae**, pertença da Congregação dos Padres do Coração de Maria.

Estava fora do intento do presente artigo sair da exposição da doutrina da Igreja acerca das revelações particulares nas suas relações com Fátima. Mas, porque nem todos os leitores de «FÁTIMA-50» terão fácil acesso àquela revista, mesmo porque escrita em espanhol, e ainda porque nela se transcrevem alguns documentos novos, preferia dizer alguma coisa sobre este estudo.

Diga-se de passagem que não se compreende facilmente a razão porque se trocou esta revista pela do Santuário que devia ser o primeiro informador oficial da Mensagem de Nossa Senhora, ainda mesmo porque o autor do estudo trabalha por incumbência do Santuário. Acrescente-se, no entanto, em abono da verdade que o motivo porque se optou por esta solução parece ter sido que os leitores de «FÁTIMA-50» não estavam à altura de assimilar quanto é exposto neste longo estudo de crítica documental.

Julgo, por isso, ser oportuno fazer aqui uma sucinta exposição de quanto nos revela o rev. padre Alonso, tanto mais, que «FÁTIMA-50» tem que continuar a missão que lhe foi imposta, isto é, dar a conhecer a verdadeira mensagem da Mãe de Deus, o que não poderá fazer sem consulta segura de toda a documentação.

O estudo publicado na referida revista — vol. XIX, das páginas 279 a 340 — procura, nas suas três partes fundamentais, apresentar a **história crítica do Processo Diocesano de Fátima, a sua história crítico-literária e o seu valor crítico**, terminando com algumas conclusões.

Na primeira parte, traça-se a génese de tudo o que preparou e deu vida ao processo diocesano ordenado pelo governador do patriarcado, o senhor arcebispo de Mitilene, com seu ofício de 19 de Outubro de 1917, dirigido ao vigário da vara de Ourém, talvez como resposta ao pedido de orientação feito pelo pároco de Fátima, padre Manuel Marques Ferreira, em sua carta de 4 dias antes. Diz-se, «talvez», porque não era muito viável, naqueles tempos, que, passados apenas quatro dias, se tivesse tomado a decisão de ordenar o inquérito, tanto mais que, o patriarcado apenas oficia nesta data ao vigário da vara de Ourém e Porto de Mós, e só com data de 3 de Novembro seguinte, ao pároco de Fátima.

Enquanto o vigário de Porto de Mós se apressa a dar a sua resposta, com o testemunho explícito de 13 pessoas — incluindo no último mais três por estarem de acordo em tudo — com o ofício de 11 de Novembro de 1917, o pároco de Fátima só a 28 de Abril de 1919, dá por terminada a sua missão.

Este atraso e particularmente o silêncio completo do vigário de Ourém levaram o padre Alonso a fazer algumas conjecturas sobre a razão desta dupla atitude das duas principais figuras da abertura do processo canónico.

Inclina-se o autor para a existência «de um ressentimento contra o mesmo patriarcado», enquanto os acontecimentos de Fátima, poderiam pôr em perigo a restauração da diocese de Leiria (pág. 289).

Apesar das dificuldades havidas desde o início da longa luta para a restauração da diocese, não creio poder defender-se esta opinião. Primeiro, porque passados apenas três meses após a última aparição, Bento XV restaura a diocese de Leiria, com data de 17 de Janeiro de 1918. Além disso, quando da ida de uma comissão ao patriarcado, em 1914, teve-se

conhecimento de que o cardeal D. António Mendes Belo era de «opinião pessoal que a diocese devia ser restaurada. (...) Da sua parte informaria bem, mas teria de ouvir o seu cabido, sendo, porém, certo, que de sua parte, nenhum obstáculo poria. «A. Zquete, «Subsídios para a história da Diocese», pág. 57).

Parece, pois, distituída de qualquer fundamento esta opinião, já que o perigo tinha passado no início do ano de 1918. Quando muito, poderia pensar-se tentar fazer tempo, para que o processo canónico fosse entregue ao primeiro prelado da diocese restaurada. É muito natural que tenha sido esta a verdadeira razão da demora do pároco de Fátima, o que se pode antever na sua explicação: «(demora) motivada na expectativa de observar alguma coisa mais do que foi passado no tempo marcado para as aparições.» (Ofício que acompanhou o inquérito.)

E se esta opinião parece mais razoável, creio poder firmar-se absolutamente no esclarecimento do pároco, atendendo às datas das diversas partes que constituem o seu processo: A exposição dos interrogatórios dos videntes têm a data de 6 de Agosto de 1918; os interrogatórios da primeira e segunda testemunhas são datados, respectivamente, de 20 e 31 de Dezembro de 1918; Os da terceira e quarta têm ambos a data de 2 de Março de 1919; O inquérito paroquial é fechado com data de 18 de Abril desse mesmo ano. Em apêndice, o pároco de Fátima refere-se a outros documentos que acompanhavam o processo, merecendo especial menção o depoimento de Maria do Carmo, da freguesia de Maceira, datado de 18 de Junho de 1918.

Com a solene entrada de D. José Alves Correia da Silva na diocese, a 5 de Agosto de 1920, passado apenas dois meses e meio após a sua nomeação (15 de Maio), tudo se orientou para o esclarecimento dos factos da Cova da Iria, nomeando, para esse fim, a comissão por meio da sua provisão de 3 de Maio de 1922.

É de toda a justiça declarar, antes de mais nada, que a exposição de quanto se fez à volta da organização do processo canónico apresenta a figura do cônego Formigão como o elemento principal, quase poderia dizer único, na sua elaboração.

Confessa o padre Alonso que «os trabalhos da comissão foram excessivamente lentos e excessivamente parcos. Mais: a sua preocupação foi deixar que o tempo lhe resolvesse os problemas.» (...). «A realidade — continua o autor — não foi assim, porque a comissão não chegou a ter uma só sessão de estudo (...), não ordenou, rigorosamente falando, nenhum processo, e só no fim teve uma única e última sessão nos dias 13 e 14 de Abril de 1930, na qual se leu o relatório redigido exclusivamente pelo dr. Formigão e aprovado por unanimidade.» (pág. 294).

Depois destas afirmações tão categóricas sobre a inactividade da comissão diocesana, apresenta-nos o autor o documento comprovativo da reunião havida em Fátima para ouvir «os depoimentos de testemunhas ajuramentadas sobre os acontecimentos extraordinários de Fátima. «Mas porque apenas compareceram dois membros, o dr. Marques dos Santos e dr. Formigão, e porque aparece no documento, acta desta reunião, a informação que tinha sido «por determinação de S. Ex.^a Revma. o senhor D. José Alves Correia da Silva», considera este acto não como uma actividade da comissão propriamente dita, mas como um simples interrogatório oficial (pág. 295).

A comprovar esta sua afirmação sobre o lento andamento do processo, cita os documentos que

lhe servem de base, constituídos especialmente pela correspondência travada entre o cônego Formigão e o senhor D. José.

Por meados de 1928, confessava o dr. Formigão: «Até hoje, apesar de toda a minha boa vontade, tem-me sido impossível começá-lo sequer (o relatório) por absoluta falta de tempo.» A 20 de Janeiro, volta a insistir que esperava poder entregar o relatório até Maio. Ainda desta vez, falhou a boa vontade do zeloso colaborador do processo diocesano. Em Janeiro de 1930, ainda se encontrava em pleno trabalho do relatório, realizando-se, finalmente, «a última e única sessão a 13 e 14 de Abril de 1930, sendo aprovada por unanimidade, menos o capítulo dedicado à dificuldade da profecia sobre o fim da guerra» (págs. 296-297).

Nesta segunda referência à conclusão do processo, aparece alguma coisa de novo que não está de acordo com o que se diz na página 294, onde nenhuma limitação se faz à unanimidade do acordo. Na página 319 dá-se uma ulterior explicação além do que se afirma em segundo lugar. Embora o ilustre autor prometa a edição crítica dos documentos, é para lastimar que as referências a esta tão discutida profecia do fim da guerra apareça ainda aqui neste estudo, com particulares que podem agravar e gerar novas confusões, pois a primeira referência apresenta a aprovação como total; na seguinte, limita-se e na terceira apenas se acrescenta a indicação de que foi introduzido «o parágrafo emendado **A Grande Guerra Europeia**, de cujo conteúdo nada se diz.

Termina esta parte a história crítica do processo diocesano com uma brevíssima referência à acção do senhor D. José.

Seguem-se algumas breves considerações canónicas acerca da autoridade a quem compete dar o juízo final e geral do processo, tentando, depois, o autor do estudo descobrir as razões da demora desta decisão.

Conhecendo e citando até, a afirmação do dr. Fischer: «que o senhor bispo aproveitou o Verão para proceder a um metucioso exame do aludido relatório», o padre Alonso não se satisfaz no seu espírito crítico com esta razão, que, sendo muito natural, é, além do mais, suficiente e comprovativa. Exige alguma coisa «de mais importante e que foi o que verdadeiramente atrazou a decisão do prelado. Referindo-se ao que se passou no caso das aparições de La Salette e de Lourdes, de que o padre Alonso insiste estar directamente dependente o prelado de Leiria afirma que o senhor D. José «antes de dar o passo definitivo, mandou para Roma a documentação necessária para uma boa informação e receber o **nihil obstat** (págs. 298-299).

Este o parecer que apresenta como única razão explicativa. Suponho que as coisas se passaram diversamente e mais de acordo com o parecer do insigne historiador, dr. Fischer.

Como reconhece o rev. padre Alonso, na página 319 do seu estudo, coube-me a feliz coincidência de fazer a cópia de todo este tão célebre relatório. Chamado ao paço episcopal, no princípio de Setembro de 1930, por intermédio do então pároco da Barreira e escrivão da Câmara Eclesiástica, cônego Manuel do Carmo Góis, recebi ordens do senhor D. José para ali vir todos os dias, a fim de copiar o Processo Canónico de Fátima.

Não foi fácil esta missão que, na altura, não sabia apreciar devidamente. Todos os dias, tinha que fazer dez quilómetros a pé, passar horas seguidas a escrever,

ir ao Seminário diocesano à hora da refeição meridiana, voltar de tarde ao mesmo trabalho, interrompido frequentemente com outras actividades caseiras do paço episcopal. Assim passou a primeira quinzena, tendo obtido licença de uma semana de descanso, um pouco contra a vontade pouco expressa do senhor D. José, tal era a pressa com que desejava chegar a bom termo daquela tarefa.

Deste estado de espírito delicadamente encoberto, surgiu o ter sido chamado, urgentemente, ao paço episcopal, no dia 27 desse mês, dia que ficou bem marcado com a descoberta da fortíssima personalidade do grande prelado de Leiria.

No dia seguinte, fazia S. Ex.^a Revma. a visita pastoral à freguesia das Colmeias, onde também eu me devia encontrar para tomar parte nos grandiosos festejos da paróquia em honra do Coração de Jesus. Foi, ali mesmo, que a tempestade do dia anterior se serenou, levando o senhor D. José a dizer-me com paternais palavras que me apresentasse, no dia seguinte, no paço. O homem forte tinha dado lugar ao coração amável e compreensivo, entregando-me todo o processo para continuar o trabalho, no Seminário Diocesano, pois, nesse mesmo dia, devia seguir para o seu solar da Quinta da Formigueira, junto de Braga.

Poucos dias depois, estava terminada a cópia que foi entregue a mons. Marques dos Santos que tinha recebido a incumbência de o remeter para Braga.

Não era demasiado o tempo que restava ao prelado de Leiria para rever o processo e preparar a sua carta pastoral com que terminava o já longo caminho processual e declarava dignas de crédito as visões de Fátima, por ocasião da grande peregrinação de 13 de Outubro de 1930.

Este o complemento da história do Processo Diocesano de Fátima e que parece não consentir a opinião do rev. padre Alonso sobre a causa principal da demora da sua aprovação.

É indiscutível que nada disto impedia que o senhor D. José mandasse para Roma uma outra exposição ao Papa Pio XI. Creio, todavia, que um outro facto em que, novamente, tive de tomar parte, nos inclina para a negativa.

Era, geralmente, o rev. padre Luís Gonzaga da Fonseca o intermediário para tudo o que o senhor D. José desejava alcançar de Roma, dado que o grande bispo de Leiria e eminente defensor da Igreja não primava pela sua presença na Cúria Romana, mesmo por ocasião das visitas «ad Sacra Limina». Em nada, no entanto, este seu «modus vivendi» diminuía no fundo da sua grande alma um devotado amor ao vigário de Cristo.

Em 1938, encontrando-se o rev. padre Fonseca em visita canónica às residências da Companhia de Jesus, no Brasil, mandou o prelado de Leiria para o Pontifício Colégio Português de Roma o processo de Fátima com o pedido de o mandar traduzir para latim. Serviu-me de auxiliar um aluno do colégio, bom latinista, o dr. Umberto Maciel, natural dos Açores, mas incardinado na diocese de Macau, onde, passados alguns anos, havia de morrer.

Não me foi possível assistir a todo o trabalho de tradução, por, no ano seguinte, ter de voltar para Leiria. Creio, mesmo, que a tradução não chegou a ser completa, porque, por aquele tempo, a Cúria Romana ter começado a admitir os documentos em língua portuguesa.

Parece, portanto, que, antes desta data, nenhum documento teria chegado a Roma.

Firma-se o rev. padre Alonso na opinião do cônego Barthas fundada em conversas particulares havidas com o senhor D. José e relatadas, muito mais tarde, numa sua carta de 1 de Junho de 1967. A afirmação deste fecundo escritor da Mensagem de Nossa Senhora pode muito bem admitir-se como verdadeira, quando testemunha o facto do senhor D. José «ter mandado a Sua Santidade o papa Pio XI um «dossier» completo sobre os acontecimentos da Cova da Iria», mas com a restrição que foi em 1938 e não antes de 1930. O próprio padre Alonso parece confirmar esta opinião quando diz que «dificilmente poderia encontrar provas directas sequer nos arquivos do Vaticano» (págs. 298-299).

B

Na segunda parte, intitulada — «A História crítico-literária do Processo Diocesano de Fátima» — dá-nos o padre Alonso uma visão geral de tudo o que constitui este processo.

Começa por rejeitar o título que alguém tinha de do a este conjunto de documentos — «Processo Canónico de Fátima» —. «Por não ter autoridade alguma para definir o seu conteúdo e porque é necessário referir-se a razões mais críticas (...)» (pág. 300, n.º 70).

É indiscutível o grande mérito que tem o trabalho do rev. padre Alonso em que nos apresenta, especialmente nesta segunda parte, o elenco de todos os documentos que constituem o processo de Fátima, apesar de quase todos eles serem já do domínio público e que são: o relatório do Vigário de Porto de Mós; o Processo Paroquial de Fátima que classifica «o incomparável Inquérito Paroquial»; o processo realizado, em Fátima, a 28 de Setembro de 1923; o interrogatório da Lúcia, feito no Porto a 8 de Julho de 1924; o Relatório da Comissão Canónica e outros documentos que completam o número alguns de 32.

De todos estes documentos, merece especial menção o referido Interrogatório oficial da Lúcia, quer por se tratar de um documento pouco conhecido quer por servir de esclarecimento de algumas dúvidas suscitadas pelos seus últimos escritos. Com razão, o rev. padre Alonso confessa que «este documento tem um grande valor histórico-crítico».

Ao lado deste coloca o autor do trabalho crítico-histórico «os seis grandes interrogatórios realizados, em Fátima, na célebre reunião extraprocessual de 28 de Setembro de 1923, de que resultaram uns riquíssimos testemunhos de pormenores vivos, espontâneos, plásticos (!?) e emocionantes, em que os acontecimentos voltam a encarnar-se em expressões características de umas situações que tinham ficado fortemente impressas nas testemunhas. Ao lê-los, como que assistimos aos acontecimentos com um encanto e autenticidade.

«Trata-se, por isso, de documentos de máxima importância para a história das aparições» (pág. 317).

Apesar da riqueza e valor deste documento, o rev. padre Alonso, como atrás já se fez referência, considera-o como não pertencendo ao Processo canónico, razão porque, talvez, nenhuma transcrição dele fez.

Discordando da orgânica dos vários documentos que constituem o relatório do cônego Formigão, o autor desta crítica literária acaba por afirmar que ele «nos dá a melhor síntese dos factos e acontecimentos de Fátima que ninguém teria sido capaz de fazer como o fez Formigão naquele tempo» (...) que nos seus

«rasgos» fundamentais, conserva uma grande força de persuasão para os factos e que constitui um verdadeiro monumento para a causa de Fátima» (pág. 321).

Esta segunda parte conclui-se com uma crítica severa sobre a existência ou não do chamado «processo das curas».

Lamentando «não constar que tenha havido qualquer acção de peritagem» em todos os 17 casos de curas a que se refere o processo, acaba por confessar que «os atestados médicos que acompanham os relatórios das curas são suficientes, porque, na realidade, os médicos nada têm que valorizar o sentido sobrenatural ou não dos factos que caem debaixo do seu exame. Basta que dêem fé do facto extraordinário tal como o observaram antes e depois da cura. E isto consta com toda a evidência nos casos de Fátima que servem de base à prova sobre curas extraordinárias» (pág. 324).

Depois de transcrever o elenco de todas as curas registadas nas três publicações do cônego Formigão e algumas da VOZ DA FÁTIMA, o rev. padre Alonso faz a si mesmo a pergunta se apesar de todos os defeitos que se verificam, se pode falar da existência de um PROCESSO DE CURAS e responde: «sem nenhum género de dúvida, afirmativamente».

E a provar esta sua categórica conclusão, acrescenta: «Na sentença definitiva episcopal, ocupa, pois, um primeiro lugar a prova do milagre físico das curas corporais; e para chegar a esta, o trabalho da comissão foi decisivo» (pág. 328).

C

Na terceira parte do estudo sobre o valor crítico do Processo Diocesano de Fátima, faz uma larga exposição dos defeitos nele existentes, procurando, depois, salvaguardar o seu valor comprovativo sob o ponto de vista científico, filosófico e teológico.

Reconhecendo, muito embora «a intenção rectíssima, diz o autor, que guiava a todos aqueles santos varões que foram formando a comissão (...) tudo se deixou à improvisação do momento e à marcha avassaladora que o culto à Virgem de Fátima ia tomando.»

Por seu lado «os interrogatórios oficiais foram em número e até em qualidade enormemente deficientes em relação às possibilidades que Fátima ofereceu e que se perderam para sempre». E isto deu-se porque a comissão não tinha sequer uma ideia do que era sessão crítica comparativa. «Apesar destas deficiências, o padre Alonso não deixa de confessar, embora contradizendo-se, que «os outros membros da comissão indubitavelmente que possuíam qualidades para activar o processo». A razão porque nada fizeram «foi, precisamente, porque o dr. Formigão possuía uma espécie de monopólio no conhecimento dos factos de Fátima, paralisando qualquer acção que se intentasse realizar sem a sua presença» (págs. 330-332).

A lista dos defeitos continua na crítica ao processo das curas. Enquanto anteriormente afirma que «na realidade, os médicos não tinham que valorizar o sentido sobrenatural dos factos (...) o que consta com toda a evidência nos casos de Fátima», diz agora «que ninguém se preocupa de um modo sério (dos grandes prodígios), e só a crónica ligeira e propagandística os recolhe para as gentes simples e emotivas do povo» (pág. 333).

Diante deste cúmulo de defeitos cometidos pela comissão diocesana quer na orgânica do processo

quer no seu conteúdo quer nos seus membros «que não faziam uma ideia sequer do que era uma sessão crítica comprovativa», parece que a conclusão imediata era que todo este processo estava viciado de incompetência radical. Todavia, uma observação mais atenta levou o rev. padre Alonso a dizer: «a nossa resposta crítica é absolutamente negativa: os defeitos (...) não afectam a substancialidade do Processo Diocesano de Fátima, pelo contrário, existem razões substanciais que dão a este processo, apesar das suas deficiências, um valor fundamental de instrumento jurídico incomparável» (págs. 335-336).

E na escala ascensional de voltar a valorizar o processo, acrescenta: «Pense-se no processo parouqual, **documento precioso que não tem par nos anais da história destes acontecimentos.** Pense-se no processo de Fátima cujas testemunhas vivem os acontecimentos com um realismo impressionante».

E numa generosa tentativa de explicar a inactividade da comissão «dominada pelo monopólio do dr. Formigão», acrescenta que a razão deste lento e improvisado caminhar «está, precisamente em que os seus membros estão já convencidos da sobrenaturalidade dos factos porque os viveram com uma forte experiência vital mais determinante para seu juízo que todas as provas aduzidas».

Nesta sua preocupação crítica, construtiva sem dúvida, de descobrir defeitos no processo, nem sequer o senhor D. José ficou ileso, de cuja actividade à volta do processo de Fátima diz textualmente: «O próprio senhor D. José, **a quem vemos todos estes anos do processo com uma atenção vigilante para fomentar o culto da Virgem de Fátima, não parece interessar-se, nem pouco nem muito, com o processo.**» (pág. 332).

Não sei como pode estar de pé esta radical afirmação com o que atrás refere o autor, quando fala da reunião já citada realizada em Fátima, «por determinação do senhor D. José». (pág. 296). «O mesmo doutor Formigão é esporeado pelo senhor bispo para que se entregue ao trabalho», refere noutra lugar. No princípio do ano seguinte — 1929 — «encontram-se em Lisboa, o dr. Formigão e o senhor bispo de Leiria e tratavam do assunto do processo de curas» (pág. 297). Aduz, ainda, o testemunho do dr. Fischer em que informava que «o senhor D. José tinha submetido a um longo exame pessoal o relatório do dr. Formigão». E conclui o padre Alonso: «sem embargo, é certo que o senhor Bispo não necessitava de tanto tempo (...), porque conhecia todos e, cada um dos documentos que nele (no processo) estavam contidos, estava continuamente em comunicação com Formigão e, sobretudo, recebia as comunicações mais directas da mesma vidente, Lúcia, com quem mantinha um frequente epistolário» (pág. 298).

Pena é que todas estas contradições tenham passado num trabalho deste cunho e com tantas promessas de exame crítico dos documentos de Fátima.

Logo ao enunciar o título do seu trabalho, o rev. padre Alonso comete uma irregularidade histórica que, de forma alguma está de acordo com a verdade dos factos. Diz: «Conferência tida no Simpósium Internacional. Fátima, 1969. «Ora a revista *Ephemeridee Mariologicae* apareceu, em Maio, quer dizer, cerca de dois meses antes que a sua conferência fosse apresentada, em Fátima, sendo, por isso, esta uma confirmação parcial do que já estava publicado e não o inverso, como parece querer significar a

nota ao fundo da página 279 da revista. Diz-se «parcial», por que o estudo apresentado em Fátima é, apenas, a cópia textual da primeira e terceira partes da exposição da revista.

Além desta incongruência histórica, há outro particular que era fácil de prever em estudos de documentos estrangeiros, sobretudo quando se utilizam copistas que não estão preparados para estes trabalhos.

São inúmeros os erros e corrupções flagrantes dos textos citados ou transcritos e são tanto mais para lamentar por aparecerem numa revista de que o próprio autor do estudo é director. Quase não se encontra uma citação sem erros.

Admite-se que, ao citar «O MENSAGEIRO» — não o «MENSAGEIRO DE LEIRIA» que nunca existiu com este nome — passe a «gralha» da data atribuída a 1947, em vez de 1917 (pág. 284, n.º 24). O que já não se admite num estudo crítico é quanto segue: «(...) quase que não **conversi** com ninguém (...)»; «**Reproduço** este interrogatório (...)». «Consideram-se reproduzidos aqui o relatório ao inquérito paroquial (...) e a colecção, em **cuatro** a cinco mil pessoas (...)». (pág. 285, n.º 31). «Julgo de máxima **necessidades** a nomeação (...)» (pág. 286, n.º 32). «Carta a alguém que **pide** um testemunho insuspeito». (...) «todas ellas **confirman** o mesmo (...)» (pág. 287, n.ºs 34-35).

Até as poucas palavras do senhor D. José aparecem com os verbos em espanhol: «**Recei** o terço na capella». (...) «**Autoriceí** a que se celebrasse a Santa Missa no dia 13». Nem ficou imune o pároco de Santa Catarina da Serra que é tratado por «Sr. Neves» (pág. 290, n.º 47).

A transcrição das cartas do dr. Formigão reconhecidamente como fundamentais documentos do processo também sofreram graves falhas: «(...) nesse caso **queda** liberdade da acção ao clero (...)».

«**Todavía**, se mais **alguna** coisa for preciso (...)» (...) «por **cuyo** talento, critério e virtudes (...)» (291). «(...) **tem-me sido impossível começálo** (...)» A onda **sobe-dizia-me** hontem o santo Dr. Cruz (...)» (pág. 296).

Outros dois documentos, o segundo dos quais de «importância excepcional» e que deviam ter merecido um maior cuidado, são os que se referem a um suposto êxtase da Lúcia, na última aparição e o relatório do célebre interrogatório da vidente, no Porto.

Do primeiro nota-se, apenas «(...) pessoa rude, **embora** fidedigna (...)» «(...) a treze de Novembro de mil novecentos (?) (...)» «(...) **pedia-lhe** que não chorasse porque **ninguna** lhe faria mal.» «Era pessoa de **cordição** humilde (...)» «**Não** podia (...) constatar com **precisão** (...)» fenômenos (...) que os teólogos místicos chamam **ôstase**. «Acrece, como se **deperende** (...)» (pgs. 310-311).

Não foi mais feliz o texto do interrogatório da Lúcia: «(...) a principal protagonista das **aparicoes** (...). estava internada (...), era fácil fazê-as cair em **contradição** (...). por mais **pequena** que fosse (...). Feliz **engaño**» (pgs. 318-316).

Nos textos referentes às curas extraordinárias continuam a aparecer novas e graves falhas: (...) **cuyos** males (...) devido à distância e à **dificultades** de acesso (...). (...) recuperaram assim em poucas **oras** (...). A ciência respondeu **negativa-mente**.» Três vezes que se refere ao caso da miraculada de Maceira, diz sempre **macieira**. (pgs. 324-325).

Nem faltou nova corrupção de palavras na final e breve citação da provisão do senhor D. José: «Aquelle que **dicce**: «(...)». Nos tempos de dúvida e de **desorganização** que atravessamos (...)». (pg. 338).

São, de facto, muito graves estes defeitos num trabalho deste género. Ao referir-me, no entanto, a todos eles, apenas pretendo manifestar o desejo duma melhor e mais cuidadosa revisão quer do texto, onde aparecem contradições, quer, sobretudo, da transcrição dos documentos. Parece-me, todavia, que será muito difícil alcançar esta indispensável melhoria se não se modificar o sistema de trabalho adoptado pelo ilustre autor.

Em abono da verdade que a história nunca deve recear dizer, cumpre-me esclarecer que este mesmo texto do estudo apresentado, em Fátima, já apareceu sem a quase totalidade dos erros acima notados. Isto verificou-se porque as cópias foram feitas por copistas portugueses.

Antes de terminar, permito-me, ainda, fazer uma pequena referência à excessiva utilização de siglas, principalmente na exposição dos factos, obrigando a um permanente chamamento do elenco explicativo, que aparece apenas no texto, e que perturba e dificulta a sua leitura e compreensão.

Só o Processo Diocesano de Fátima (PDF) apresenta 12 siglas diversas — PDFI a PDFXII — sem contarmos os vários documentos do PEDFV, com 14 subdivisões — PDFV/1 a PDFV/14, e os do PDFVII com mais subdivisões e PDFVIII com outras 2. Quere dizer, aparecem-nos praticamente 34 abreviaturas referentes a este processo o que gera uma autêntica confusão.

Compreende-se que as citações dos vários documentos que constituem o processo apareçam notificadas por meio das respectivas abreviaturas. Não parece que se deva seguir aquele sistema na exposição do texto, sobretudo quando a multiplicidade das siglas atinge números exageradamente grandes, como sucede no trabalho em causa.

Pretende-se justificar este processo com a explicação de que se trata dum **trabalho científico**. Não creio que os trabalhos deste género devam ser, por sua natureza, obscuros e confusos, já que a verdadeira ciência só pode existir no esclarecimento de toda a verdade, sem esconderijos e subterfúgios.

Em confirmação do que se afirma basta ter presente um dos títulos utilizado no estudo sobre a história crítico-literária do PDF: **Los documentos PDFII, PDFIII, PDFIX, excluidos del PDF**.

Ao ler-se este título, tem-se a impressão imediata de que estamos diante duma complicada demonstração algebrica de difícil resolução.

Seria igualmente para desejar que se seguisse um processo único na utilização das abreviaturas, principalmente quando é reduzida a uma só letra. Assim, as referências a «Fátima» aparecem no texto indiscriminadamente, por extenso ou com a simples letra F, o que não parece ser de aconselhar.

Promete-nos, com uma certa insistência, uma edição crítica de toda a documentação de Fátima com a biografia dos dois videntes, Francisco e Jacinta e a exposição de genuína Mensagem de Nossa Senhora. Aguardamos, com ansiedade, esta publicação, certos de que serão evitados os inconvenientes que se apontam no presente artigo, tanto mais que todos estes trabalhos serão apresentados, em primeira mão, como foi previamente estatuído, em português.

FÁTIMA É A RESPOSTA

ao fervor dos portugueses

POR **LOURDES**

C. BARTHAS

Ao expor as razões que nos levam a ver nas maravilhas de Fátima, pelo que aos portugueses diz respeito como seus primeiros beneficiários, a resposta que o Céu deu ao fervor deste povo por Nossa Senhora de Lourdes, não tenho a pretensão de revelar os segredos da Providência divina. Quero, simplesmente, dar uma forma mais precisa à declaração do Sumo Pontífice Bento XV, proclamando que a graça de Fátima foi merecida pelo povo português pela sua devoção à Imaculada Conceição. (Carta aos bispos de Portugal, Abril de 1918).

OS PORTUGUESES EM LOURDES

Aquele bispo que foi o obreiro prudente e ao mesmo tempo fervoroso da grandeza de Fátima, o principal artífice da construção do Santuário e da expansão do culto da Virgem da azinheira, o bom e santo D. José da Silva, foi um devoto e um apóstolo da Virgem de Lourdes. Antes da sua sagração episcopal veio doze vezes visitar o nosso santuário pirenaico, quatro vezes como director de um grupo de peregrinos. Depois de promovido à Sé de Leiria, veio outras cinco vezes, até que as suas enfermidades o impediram de viajar.

A sua casa paterna, perto de Braga, possui um oratório onde eu já tive oportunidade de celebrar missa e cujo altar é dominado por uma bela imagem de Nossa Senhora de Lourdes.

Na organização prática e na regulamentação das peregrinações a Fátima, o senhor D. José teve

sempre diante dos olhos o exemplo de Lourdes. Aproveitou esta experiência para escolher o que era mais útil para o bem das almas e a glória de Nossa Senhora nas circunstâncias e no meio em que deveria intervir.

O fervor por Lourdes deste bom bispo estava longe de ser uma excepção entre os seus compatriotas. Por toda a parte se encontram testemunhos desta devoção. Muitas igrejas têm, como em França, uma capela ou, ao menos, uma imagem de Nossa Senhora da Gruta.

Um grande número de mulheres chamam-se «Maria de Lourdes» ou simplesmente «Lurdes». É bem conhecido o facto de em Portugal todos os títulos de Nossa Senhora, unidos ao nome de Maria, serem usados como nome pessoal: Maria do Carmo, da Apresentação, da Purificação, da Conceição, etc. De todos estes títulos, durante cerca de meio século, o mais frequentemente dado no baptismo foi o de Lourdes. E está ainda longe de ser completamente destronado por Fátima.

Entre as peregrinações de estrangeiros à Gruta, as dos portugueses foram sempre as mais fervorosas. Quando, no Ano Santo Mariano de 1954 S. Ex.^a o Cardeal cerejeira conduziu um milhar de peregrinos à gruta de Lourdes, não fez mais do que retomar uma longa tradição. Tendo a curiosidade de buscar os seus elos na colecção dos **Anais de Nossa Senhora de Lourdes**, encontrei alguns factos dos quais julgo útil oferecer aos leitores os mais significativos.

Já em 1876 se refere a passagem pela Gruta do cardeal-patriarca de Lisboa.

Dois anos depois assinala-se a presença de um grupo de 58 peregrinos com 32 doentes. Estiveram quatro dias (de 17 a 21 de Maio de 1878). Dois médicos e enfermeiras tratavam dos doentes, sob a direcção de um prelado de nome francês, doutor em medicina, autorizado por um breve de Pio IX a exercer a sua arte em favor dos pobres, mons. Maigre.

O mero projecto desta peregrinação tinha excitado o furor dos sectários lisboetas. Agrupados nas ruas e na estação do Rossio, injuriaram e ameaçaram os peregrinos. Outro calvário: cinco longos dias e quatro noites de comboio, em carruagens desconfortáveis, chegando a Lourdes assados pelo calor e a poeira, esgotados pela fadiga. Os doentes, de modo particular, causavam piedade.

O director do grupo, padre José António da Conceição Vieira, capelão do hospital da Misericórdia de Lisboa, pronunciou um sermão em que lemos certas palavras que parecem proféticas: «A Mãe de Deus olhará para a fé e a caridade dos nossos maiores que, nos séculos passados, levaram o Evangelho às mais longínquas regiões. Nós seremos recompensados da nossa longa e penosa viagem, senão por milagres exteriores espantosos, ao menos pelas graças interiores, as melhores para nós e para aqueles que amamos.»

O redactor dos *Anais* faz um grande elogio do fervor dos peregrinos e aponta «duas curas» que pareceram, a mons. Maigre, manifestamente sobrenaturais. Uma religiosa agustiniana, de Lisboa, foi curada, nas piscinas, de uma paralisia do lado direito de que sofria havia cinco anos. E um sacerdote, precisamente da diocese de Leiria, padre António João Baptista da Assunção, que tivera de abandonar o ministério havia trinta e um anos por falta de vista e a havia perdido totalmente havia vinte anos, recuperou-a súbitamente durante o banho na piscina. Os médicos verificaram que ele podia ler normalmente, embora as cataratas, consideradas incuráveis, continuassem nos seus olhos.

A direcção da peregrinação telegrafou para Lisboa a comunicar aquelas boas novas que a Imprensa comentou. Na Gruta foi cantado um *Magnificat* de acção de graças e, à chegada a Lisboa, um *Te Deum* na igreja de Sant'Ana.

No mês seguinte chega a Lourdes outro grupo de portugueses, dirigido por um tal D. Almeida, campeão da causa católica em Portugal, embora ele mesmo fosse descendente do marquês de Pombal, o bem célebre iniciador do anticlericalismo português e europeu.

E o cronista aponta: «É de notar, com satisfação, que os descendentes de Pombal estão à cabeça do movimento tendente a reconduzir o nobre país ao centro da unidade. Lá, como por toda a parte, Nossa Senhora de Lourdes esmaga a cabeça da serpente, desperta a fé e os mais nobres sentimentos e confunde a incredulidade ao multiplicar os prodígios.»

Em 1887 houve outra peregrinação presidida pelo próprio cardeal-patriarca. Os *Anais* não anotam nada de especial. Nas nesse mesmo ano é recebida em Lourdes a notícia de duas curas verificadas na cidade do Porto, a seguir a umas novenas a Nossa Senhora de Lourdes, uma das quais com o emprego da água da Gruta.

No dia 18 de Agosto de 1888 chegaram a Lourdes 250 peregrinos do Porto, dirigidos por mons. Cardoso, bispo-coadjutor de Lamego.

Os *Anais* não mencionam qualquer outra peregrinação até à de Setembro de 1908 em que se deu a cura da menina Maria de Jesus da Silva. A terceira imersão na piscina sentiu-se livre do reumatismo que durante três anos a obrigara a andar apoiada a duas bengalas.

No dia 26 de Agosto de 1909 o senhor bispo de Lamego, mons. Vieira e Brito leva a Lourdes 1250 fiéis.

No ano seguinte este número duplicou. Quatro

bispos, Guarda, Faro, Porto e Beja, com 2500 peregrinos fizeram, durante quatro dias, uma corte de honra à Virgem de Massabielle. No dia 12 de Agosto fizeram uma procissão através da cidade, cantando e rezando o terço. No dia da despedida, 16 de Agosto, os jovens da peregrinação ofereceram, solenemente, à Gruta, uma linda bandeira nacional.

Alguns meses após aquela peregrinação que ousara apelar-se de nacional, rebentou a revolução, cobrindo a infeliz terra de lágrimas e ruínas e lançando aos caminhos do exílio os melhores dos seus filhos. Algumas centenas quiseram refugiar-se ao pé de Nossa Senhora de Lourdes. Entre eles, mons. Vasconcelos, bispo de Beja, o que ali estivera na peregrinação precedente, os padres Leite de Faria, mais tarde bispo de Bragança, Eduardo Coelho Ferreira, José Pinto de Moura, etc., bem como o padre Costa, que viria acabar os seus dias ao pé da Gruta, depois de ter sido, durante longo tempo seu devoto servo. Viveram lá famílias inteiras. «Desde o primeiro dia, dizem os *Anais*, esta piedosa colónia de exilados e perseguidos vinha diáriamente à Gruta oferecer as suas provações, preces e sacrifícios pela salvação da sua cara Pátria e pelos parentes e amigos que lá ficaram.»

Foi enorme a sua alegria quando, em 1913, souberam que, apesar das dificuldades surgidas pela situação política do País, se estava a organizar uma peregrinação. De facto, a inquebrantável energia dos organizadores conseguiu vencer obstáculos e vexames administrativos e juntar 460 peregrinos para virem a Lourdes pedir à Imaculada Conceição pelo seu País.

Dirigidos por mons. Moutinho, bispo de Portalegre, chegaram a Lourdes no dia 17 de Setembro de 1913. Mais de 200 portugueses exilados em Lourdes ou nos arredores os esperavam na estação onde lhes fizeram uma entusiástica recepção. Havia três anos que eles estavam diante da Gruta como os representantes, peregrinos perpétuos da sua Pátria infeliz. Entre eles, antigos ministros, professores universitários, etc. Era grande o seu entusiasmo por poderem juntar as suas preces às daqueles que chegavam. «Os corações estavam divididos pelos mais diferentes sentimentos, a alegria, a tristeza e a esperança. Havia quem sorrisse e chorasse ao mesmo tempo.»

No Domingo, dia 28, durante a procissão do Santíssimo Sacramento, as aclamações eram ditas em francês e em português.

Deixemos falar o cronista de Lourdes: «Os portugueses realizaram com uma terna piedade e um fervor digno de admiração os actos da sua peregrinação. Orando pelos seus doentes e pela grande enferma, sempre querida, que é a sua Pátria perseguida, querem continuar a ser os peregrinos cuja missão é de duplicar para a Igreja em Portugal, a misericordiosa piedade d'Aquela para quem nenhum sofrimento fica sem consolação ... Um sacerdote exilado provocou lágrimas ao recordar as mortes recentes, as liberdades religiosas profanadas e sobretudo, recordando aos seus compatriotas que as nações renascem para a fé pela oração, o sacrifício e a súplica perseverante.»

O longo balanço termina com esta invocação profética: «Possa esta peregrinação tão emocionante e edificante atrair sobre Portugal as bênçãos do Céu e apressar o feliz dia em que este nobre País, livre daqueles que o oprimem, reencontre a sua fé religiosa e, sob a protecção da Virgem Imaculada, retome o caminho dos seus destinos gloriosos.»

O PRIMEIRO APÓSTOLO DE FÁTIMA

Entre os peregrinos portugueses de Lourdes não pode deixar de mencionar-se aquele de quem os naturais de Fátima dizem: «Foi ele a chave de tudo, é um grande homem.» Falamos do cônego Manuel Nunes Formigão Júnior, fundador da Congregação das Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora das Dores, falecido em 30 de Janeiro de 1958, na Casa Mãe daquela congregação em Fátima.

Assim como uma mulher do povo, Maria Carreira, conhecida como «Maria da Capelinha», foi a artífice discreta da primeira organização das peregrinações, também o padre Formigão foi o obreiro providencial da primeira difusão da mensagem de Fátima. Foi igualmente a testemunha oficiosa por conta da autoridade eclesiástica, depois o primeiro historiador sob o pseudónimo de visconde de Montelo. Professor no Seminário patriarcal, foi nomeado cônego titular da catedral de Lisboa. Durante muitos anos e até aos últimos dias da sua vida, escreveu para **A VOZ DA FÁTIMA** a crónica dos dias 13 na Cova da Iria. Publicou diversos opúsculos sobre Fátima e fundou a revista **Stella**. Em longas conversas que pude manter com ele, depreendi — e esta era a sua convicção pessoal — que **foi uma graça de Lourdes que o levou a ser um apóstolo de Fátima**. Eis, em resumo, o relato que ele mesmo me faz desta vocação.

«Em 1908, tendo terminado os meus estudos em Roma, fiquei na minha diocese à disposição do Patriarcado. Tinha a intenção de me deter em Lourdes, ao passar, durante uns três dias. Numa estação encontrei uma peregrinação italiana que regressava de Lourdes com três doentes curados. Os peregrinos comunicaram-me o seu entusiasmo.

Em Lourdes fui tocado por tudo quanto vi e ouvi, sobretudo por um sermão do bispo de Valence, narrando o bem que produzira na sua diocese a peregrinação de homens do ano anterior, de tal modo que resolvi prolongar a minha estada junto à Gruta.

Coloquei-me como maqueiro no hospital das Sete Dores e fiquei um mês. Pensava: «temos de fazer em Portugal o mesmo que se faz em França, criar em cada diocese, um comité para organizar peregrinações a Lourdes». E, antes de partir, prometi firmemente à Santíssima Virgem consagrar a minha vida a espalhar o Seu culto no meu País, principalmente organizando peregrinações à Gruta.

Nomeado professor no Seminário Maior, o estudo de certas disciplinas, novas para mim, impediu-me de cumprir a promessa naquele ano. E eis que no ano seguinte deflagrou a revolução e as peregrinações fora do nosso País tornaram-se impossíveis.

Todavia, em 1914, pude levar a Lourdes um importante grupo de portugueses para o Congresso Eucarístico Internacional. Imediatamente depois rebenta a guerra, fechando as fronteiras e tornando impossível a minha promessa a Maria.

Esperava impacientemente o instante em que pudesse cumpri-la quando, em 1917, ouvi falar das aparições de Fátima. De momento, fiquei incrédulo e, quando no dia 13 de Setembro fui pela primeira vez à Cova da Iria era com a finalidade de encontrar um meio de acabar com aquela impostura.

Falei com os videntes, com os seus pais e com a gente do povo. Fiquei convencido de que os videntes não estavam a mentir, que eram absolutamente normais e sinceros e, sobretudo, ninguém das suas relações os levava a dizer o que eles diziam. Por outra parte, naquela altura, a maior parte da gente da aldeia acreditava neles.

Alguns dias depois, encontrei o senhor D. João de Lima Vidal, administrador apostólico da diocese pela ausência forçada do cardeal Mendes Belo, por interdição governamental. D. João disse-me: «Continue a observar e a tomar notas.» Regressei nos fins do mês e hospedei-me na casa dos Gonçalves, no lugar de Montelo; daí o pseudónimo que eu uso nas minhas publicações.

A visão do «sinal de Deus» no dia 13 de Outubro acabou de confirmar a minha confiança nas aparições. E comecei a perguntar-me se a minha missão mariana era ainda a de levar os meus compatriotas a Lourdes ou, por outra, se a Mãe de Deus não queria antes que eu trocasse a promessa por dar a conhecer e fazer amar as maravilhas de Fátima.

O resto já você o sabe.»

A nota necrológica do cônego Formigão, publicada na **Voz da Fátima** em 13 de Março de 1958, informa-nos que a fundação das Irmãs Reparadoras seguiu-se a uma mensagem que a pequena Jacinta, prestes a morrer, num hospital de Lisboa, lhe tinha transmitido «da parte de Nossa Senhora», que o tinha designado pelo seu nome para esta obra.

Não será, todo este conjunto de factos, uma nova confirmação da continuidade providencial entre as duas mariofanias? De qualquer modo, Nossa Senhora quis ter como principais apóstolos do Seu culto em Fátima, dois homens que já o eram e fervorosos, da Sua manifestação em Lourdes: D. José da Silva e o cônego Formigão. E aconteceu que, tendo o senhor D. José falecido no dia 4 de Dezembro de 1957, o seu sucessor, D. João Pereira Venâncio conheceu a sua nomeação durante a sua peregrinação a Lourdes, em Setembro de 1958. O Congresso Mariológico e o Congresso Mariano que se realizaram no mesmo lugar e data, tinha atraído à Gruta multíssimos portugueses, agrupados ao redor de D. Manuel Trindade Salgueiro, arcebispo de Évora.

Fátima veio salvar o Povo Português no momento em que ele mais o necessitava e recompensá-lo pelo fervor com que desde sempre honrou o privilégio mariano da Imaculada Conceição, cuja «revelação» dá ao mistério de Lourdes todo o significado.

P. S.

Não se deve esquecer a bela prova de devoção a Nossa Senhora de Lourdes do Povo Português ao celebrar com grandeza, no Santuário de Fátima, o Centenário das aparições de Massabielle.

D. João Pereira Venâncio, então vigário capitular da diocese, anunciara um tríduo de preces e pregação para associar o Povo Português e o seu santuário nacional às festas de Lourdes e à gratidão da sua gente.

Durante três dias, de 9 a 12 de Maio de 1958, a Cova da Iria esteve cheia de uma multidão fervorosa.

Foram celebradas missas solenes, realizadas procissões, vigílias de oração, etc.

Na véspera do dia 13 já tinha chegado quase meio milhão de pessoas, grande parte das quais passou a noite em adoração ao Santíssimo Sacramento.

De manhã, na missa principal, D. João indica várias intenções para as preces e recomenda, sobretudo, as necessidades da França. Foram distribuídas mais de cem mil comunhões.

E foi nesse dia, enquanto os peregrinos cantavam o «Adeus» à Virgem, que nas ruas das grandes cidades da Argélia se produziu um movimento súbito e inesperado de confraternização entre muçulmanos e europeus.

Alguns dias mais tarde é noutra grande santuário mariano que o povo português dá nova prova da sua

devoção a Nossa Senhora de Lourdes e de amizade pela França.

O arcebispo de Braga, do qual depende o Santuário do Sameiro, quis que ali fosse também solenemente comemorado o Centenário de Lourdes. A Basílica do Sameiro é um Santuário da Imaculada Conceição, Padroeira de Portugal. Um tríduo com diversas celebrações na cidade de Braga foi coroado com soleníssimas cerimónias, no monte do Sameiro, onde se congregaram mais de cem mil fiéis. Mons. Pierre-Marie Théas, bispo de Lourdes, convidado para assistir, pregou aos fiéis.

Vejo-me obrigado, com mágoa, a notar o absoluto silêncio da imprensa francesa sobre este duplo gesto fraternal e mariano dos católicos portugueses.

O APELO DE NOSSA SENHORA

A intervenção da Santíssima Virgem aqui, em Fátima, insere-se no plano da redenção operado por Cristo.

Como Mãe que vela, prevê, intervém e reclama, vemos-na, através dos séculos, na oferta do templo, na associação do plano de salvação sobre o Calvário e como Medianeira entre Deus e os apóstolos, no Cenáculo.

«Assumpta ao céu, a Virgem Santa não cessou esta função de salvação mas com a múltipla intercessão continua a obter-nos a graça da salvação eterna» (Const. Dog. 62).

É nesta múltipla intercessão de que fala o Concílio que nós A vemos, em tempo bem determinado e crucial para a vida da Igreja, intervir e fortemente reclamar aos filhos sobre erros enormes para evitar maiores calamidades à humanidade inteira.

1 — A intervenção da Senhora aqui em Fátima é um apelo à penitência, com o fim de propiciação e reparação. Jesus chamou-nos a viver com Ele o programa da cruz; Maria Santíssima, desde a sua primeira aparição aos pastorinhos, representa a dor na sua função redentora.

Maria Santíssima reclama o dever que todos os homens têm de levar com Cristo a própria cruz. Os doentes porém, pelo motivo da sua condição dolorosa, têm um lugar preciso na sociedade cristã, que é de se tornarem presentes no Corpo Místico com os seus sofrimentos.

Ela pede às três crianças a aceitação do sofrimento e convida-os a aceitar sacrifícios positivos para restabelecer equilíbrio social sobrenatural.

O exame do pedido da Senhora revela uma implícita condenação dos erros do nosso tempo.

O convite da Santíssima Virgem vai muito em profundidade e extensão: apresenta-se como um apelo, não a uma piedade inconcludente, mas a dar vida e animar um programa que pode salvar a humanidade.

«Se atenderem os Meus pedidos, ser-vos-á dada a paz.»

O convite a santificar a dor e a fazer sacrifícios mira ao potencial do Calvário.

Mas importa estabelecer qual seja o calvário de Jesus Cristo. O calvário de Jesus Cristo é constituído pelos Seus padecimentos, os nossos pessoais e os de todos os homens que os suportam e oferecem a Deus em união com Jesus Cristo.

Neste plano ninguém se pode eximir a fazer um sério exame sobre o espírito de oração e de sacrifício, começando pelos que têm uma responsabilidade vocacional para a dor.

É belo ver a continuidade nos ensinamentos da Senhora. Desde o «fazei tudo o que Ele vos disser», em Lourdes; aqui, em Fátima, Ela lembra sempre os ensinamentos de Jesus; chamamento vivo, segundo a necessidade da Redenção; é a Mãe da Igreja que intervém na vida dos filhos.

Num plano associativo, Jesus e Maria apontam sempre o mesmo meio: «Sacrificai-vos pelos pecadores».

Sacrificai-vos quer dizer fazei actos positivos de penitência em pleno século XX, em oposição à concessão cómoda e materialista da vida.

Sacrificai-vos quer dizer sentir em si a ânsia apostólica de Cristo, dos apóstolos, da Igreja inteira.

Sacrificai-vos pelos pecadores significa ser puros de coração, porque esses verão a Deus.

«Se atenderem os meus pedidos, a Rússia converter-se-á e haverá paz. Doutra modo ela espalhará os seus erros pelo mundo, suscitando a guerra e a perseguição contra a Igreja; muitos bons serão martirizados, o Santo Padre terá que sofrer muito, algumas nações serão aniquiladas.»

2 — O sofrimento não é redentor senão quando unido a Jesus.

A Santíssima Virgem insiste que se diga muitas vezes, especialmente quando se trata de fazer algum sacrifício: «Ó Jesus, é por Vosso amor, pela conversão dos pecadores e em reparação das injúrias cometidas contra o Coração Imaculado de Maria.»

PAULO VI EM FÁTIMA



Está à venda, o artístico album comemorativo da Peregrinação de Paulo VI a Fátima, edição da Comissão Central do Cinquentenário.

Dirija os seus pedidos à referida Comissão, Fátima, ou à Administração de "FATIMA-50", Fátima.

Esta publicada la edición castellana de este magnífico album conmemorativo de la peregrinación de Su Santidad Paulo VI a Fátima.

Puede requisitar los ejemplares que desee a la Administración de "FATIMA-50", Fátima - Portugal

Now, ON SALE... The English edition of this beautiful book, telling all about the Pilgrimage of Paul VI to Fatima.

You can order it at "FATIMA-50"
Fatima - Portugal

En vente... l'édition Française de cet album commémoratif du pèlerinage de Paul VI à Fatima.

Adressez vos demandes à "FATIMA-50"
Fatima - Portugal

ORAÇÃO PELA PAZ

Senhor, Deus de paz,
Vós que criastes os homens,
objecto de Vossa benevolência,
para serem os familiares da Vossa glória,
nós Vos bendizemos e Vos agradecemos:
pois nos enviastes Jesus,
Vosso Filho querido,
Vós o fizestes,
no mistério da Sua Páscoa,
o autor de toda a salvação,
a fonte de toda a paz,
o laço de toda a fraternidade.

Nós Vos damos graças,
pelos desejos, pelos esforços,
pelas realizações,
que o Vosso Espírito de paz
suscitou no nosso tempo,
para substituir o ódio pelo amor,
a desconfiança pela compreensão,
a indiferença pela solidariedade.
Abri ainda mais os nossos espíritos
e os nossos corações
às exigências concretas do amor
para com todos os nossos irmãos,
para que sejamos sempre mais
obreiros da paz.

Lembraí-Vos, Pai de misericórdia,
de todos os que penam,
sofrem e morrem
na luta por gerar um mundo mais fraternal
Que para os homens de todas as raças
e de todas as línguas
venha o Vosso reino de justiça,
de paz e de amor.
E que a Terra se encha da Vossa glória.

Amém.

Aspectos da tradicional oferta do trigo, no dia 13 de Agosto de 1969, para a celebração da Eucaristia e Comunhão no Santuário.



No momento do ofertório da missa centenas de pessoas da diocese de Leiria levaram, até ao altar, trigo para as hóstias e partículas que durante o ano serão distribuídas aos fiéis no Santuário.

As cerimónias terminaram com a procissão do «Adeus».

Entre os muitos peregrinos estrangeiros que assistiram às cerimónias, contou-se a peregrinação monfortina belga composta de 264 pessoas que vieram para Fátima no dia 11, em comboio especial e aqui permaneceram até ao dia 14. Esta peregrinação é organizada desde há bastantes anos pelo Secretariado de «Marie Médiatrice et Reine», de Louvaina. Notou-se ainda a presença de diversos grupos da França entre os quais um de 42 pessoas do grupo de Nossa Senhora de Moun-tauban, de Bordeus. Deste grupo faziam parte 18 cegos, um dos quais o Padre Gabit, de Toulouse.

Havia ainda peregrinos da Itália, Irlanda, Espanha e outros países.



